

Maria de Fátima Canuto Gomes

**Papel da Família na Inclusão de Alunos
portadores de deficiência auditiva:**

Estudo de Caso na escola básica Eugénio Tavares

Universidade Jean Piaget de Cabo Verde

Campus Universitário da Cidade da Praia
Caixa Postal 775, Palmarejo Grande
Cidade da Praia, Santiago
Cabo Verde

13.8.10

Maria de Fátima Canuto Gomes

**Papel da Família na Inclusão de Alunos
portadores de deficiência auditiva:
Estudo de Caso na escola básica Eugénio Tavares**

Universidade Jean Piaget de Cabo Verde

Campus Universitário da Cidade da Praia
Caixa Postal 775, Palmarejo Grande
Cidade da Praia, Santiago
Cabo Verde

13.8.10

Maria de Fátima Canuto Gomes, autor da monografia intitulada Papel da Família na Inclusão de Alunos portadores de deficiência auditiva – Estudo de Caso na escola básica Eugénio Tavares, declaro que, salvo fontes devidamente citadas e referidas, o presente documento é fruto do meu trabalho pessoal, individual e original.

Cidade da Praia ao 21 de Agosto de 2009
Maria de Fátima Gomes

Memória Monográfica apresentada à
Universidade Jean Piaget de Cabo Verde
como parte dos requisitos para a obtenção do
grau de Licenciatura em Psicologia
Educativa.

Sumário

Este trabalho assume que o papel das famílias é determinante para a na inclusão de alunos portadores de deficiência auditiva e deve ser objecto de estudo privilegiado. Assim, com base numa metodologia qualitativa, este estudo tem como fio condutor a seguinte questão de investigação: qual a importância do papel das famílias na inclusão de alunos portadores de deficiência auditiva?

O presente trabalho tem como objectivos: identificar as dificuldades vivenciadas pelas famílias na inclusão de alunos portadores de deficiência auditiva, perceber a percepção dos professores em relação ao papel da família na inclusão de alunos portadores de deficiência auditiva, conhecer a percepção dos pais acerca dos benefícios da inclusão de alunos portadores de deficiência auditiva, conhecer a percepção dos pais acerca do seu papel na inclusão escolar dos seus filhos. O objecto de estudo da pesquisa é constituído por 15 pais e encarregados da educação de alunos portadores de deficiência auditiva.

A metodológica utilizada focalizou-se na abordagem quantitativa, onde, recorremos as técnicas de questionário semi-aberto, e abordagem qualitativa através das entrevistas.

Os resultados deste estudo indicam, que o desenvolvimento dessas pesquisas em educação inclusiva traz contribuições significativas para uma melhor compreensão da educação de qualidade e do papel da família na inclusão de alunos portadores de deficiência auditiva.

Para o tratamento dos dados, recorremos ao suporte informático *SPSS (Statistical Package for the Social Sciences)* versão *15.0 for Windows*.

Palavras-chaves – Educação Especial, Inclusão, Integração, Necessidades Educativas Especiais, Portadores de deficiência auditiva,

Agradecimentos

Primeiramente agradeço a Deus, por me ter concedido a vida e a aos meus pais pelo carinho e incentivo.

O meu reconhecimento sincero a Doutora Catarina Cardoso, pelo facto de sempre ter-se revelado uma professora exemplar, como também pelo papel que assumiu como minha orientadora e pelas sábias experiências, bem como a sua atenção durante a elaboração deste trabalho.

A todos os meus professores, o meu sincero obrigado e a minha gratidão.

Agradeço a minha família (irmãos) em especial a minha tia e amigos, pelo apoio, motivação e sobretudo a dedicação bem como amor incondicional, em especial a meu namorado John pelo apoio ao longo destes anos todo.

Conteúdo

Introdução 11

Capítulo 1: Enquadramento Teórico	16
1. Conceitos fundamentais.....	16
1.1 Necessidades Educativas Especiais (NEE).....	16
1.2 Conceito de Integração	17
1.3 Conceito de Inclusão	18
1.4 Conceito de Deficiência Auditiva	19
1.5 Conceito de Família.....	19
2. Contextualização do aparecimento do conceito de NEE.....	20
2.1 Antecedentes da evolução da Educação Especial – da exclusão à segregação	20
2.2 Educação Especial	22
2.3 Tipos de Necessidades Educativas Especiais	24
2.3.1 NEE significativas	24
2.3.2 NEE ligeiras.....	26
3. Da integração à escola inclusiva.....	27
4. Classificação da Deficiência Auditiva.....	37
4.1 Característica do portador da Deficiência Auditiva	37
4.2 Causas da Deficiência Auditiva.....	39
4.3 A linguagem e a Surdez.....	40
4.4 A Educação de Surdos e a Língua de Sinais	41
4.5 Implicações da deficiência auditiva na inclusão escolar	42
5. A Relação Escola-Família	44
5.1 A Família como agente de prevenção e de identificação precoce da surdez.....	47
5.2 Papel da família na inclusão de alunos com surdez	48
5.3 O Papel da Família no Início da Escolarização	49
6. A Educação de pessoas com deficiência em Cabo Verde	53
6.1 População portadora de deficiência.....	53
Capítulo 2: Fundamentação metodológica	57
2.1 Metodologia.....	57
2.2 Tamanho e Selecção da Amostra	58
2.3 Instrumentos de recolha de dados.....	58
2.4 Análise e interpretação dos dados	58
2.5 Procedimentos	59
Capítulo 3: Análise e discussão dos dados	60
3.1 Caracterização da escola do EBI “Eugénio Tavares”.....	60
3.2 Análise e discussão dos dados recolhidos	62
3.2.1 A percepção das professoras sobre o papel da família na inclusão de alunos portadores de deficiência auditiva	62
3.2.2 Percepção dos Pais e Encarregado da Educação sobre o papel que desempenham na inclusão dos filhos portadores de deficiência auditiva	66
Conclusão 84	
Bibliografia	89
Legislação	92

Papel da Família na Inclusão de Alunos Portadores de Deficiência Auditiva:
Estudo de Caso na escola Básica Eugénio Tavares

Gráficos

Gráfico 1 - Idade.....	67
Gráfico 2 – Habilitações literárias	67
Gráfico 3 – Conceito de Inclusão escolar	68
Gráfico 4 – dificuldades encontradas no processo escolar do filho	69
Gráfico 5 – dificuldade enfrentada pelo filho noutra escola	70
Gráfico 6 – discriminação e preconceitos	71
Gráfico 7 – Diferenças observadas no filho depois de frequentar a escola em estudo.....	72
Gráfico 8 – Apoios Solicitados.....	73
Gráfico 9 – visita a escola	74
Gráfico 10 – convite para participar nas actividades da escola.....	75
Gráfico 11 – Frequência das visitas.....	76
Gráfico 12 – Envolvimento nas actividades da escola	77
Gráfico 13 – Condições oferecidas pela escola para inclusão.....	77
Gráfico 14 – valorização da escola na participação dos pais no processo de inclusão	78
Gráfico 15 – Informações dadas pelos professores aos pais e encarregados da educação	79
Gráfico 16 – Benefícios na inclusão dos alunos com NEE	80
Gráfico 17 – Factores que impedem à participação dos pais no processo de inclusão dos filhos	81

Abreviaturas utilizadas

AADICD - A associação de apoio ao desenvolvimento e integração da criança deficiente,

IP- Instituto Pedagógico

NEE – Necessidades educativas Especiais

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação Ciência e Cultura

Introdução

Hoje, é cada vez mais evidente, com as evoluções do sistema do ensino, falar na educação inclusiva, pois são colocados novos desafios às instituições educativas, que têm como tarefa formar indivíduos competentes, e responsáveis.

As escolas inclusivas devem reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade. A inclusão deve ser feita não só pelo facto de ser um dos direitos do homem, mas também pelo princípio da igualdade e oportunidade para todos, a estas crianças, jovens e adultos portadores de deficiências que merecem e precisam de uma atenção especial.

Nas últimas décadas muito se tem falado numa educação de qualidade e da organização de um sistema educacional que respeite a diversidade como principal característica do ser humano, promovendo acções políticas, sociais, culturais e pedagógicas, que venham responder às necessidades dos alunos.

A política de inclusão de alunos que apresentam necessidades educacionais especiais na escola regular não consiste apenas na permanência física desses alunos junto aos demais

educandos, mas representa a ousadia de rever concepções e paradigmas, bem como desenvolver o potencial dessas pessoas, respeitando suas diferenças e atendendo as suas necessidades, pois a presença crescente, na rede regular de ensino de crianças e jovens com necessidades especiais de aprendizagem, exige, antes de tudo, uma mudança de atitude, não só dos professores, mas de toda a comunidade escolar e social. É preciso reconhecer, questionar e quebrar preconceitos, estimulando generosidade, acolhimento e respeito. A escola deve também aperfeiçoar sua acção pedagógica, sem considerar a Educação Especial uma parte separada da Educação.

Sabendo-se que a inclusão é o processo através do qual a escola tenta responder a todos os alunos enquanto indivíduos, reconhecendo e reestruturando a sua organização curricular e a provisão e utilização de recursos para melhorar a igualdade de oportunidade é importante fazer um estudo sobre qual tem sido o papel das famílias na inclusão escolar de alunos portadores de deficiência auditiva.

Desta feita, achamos pertinente que essa temática se constituísse objecto de nossa investigação, debruçando de forma pertinente sobre o ***“Papel da Família na Inclusão de Alunos Portadores de Deficiência Auditiva”***.

O estudo realizado é claro, objectivo, coerente, e que seja importante e útil para a nossa como profissional, pois a escolha deste tema insere-se numa tentativa de entender qual é a importância do papel das famílias na inclusão de alunos portadores de deficiência auditiva. E por outro lado, a preferência decorre de razões pessoais. Sendo aluna do curso de psicologia constitui um desafio perceber qual tem sido o papel da família na inclusão de alunos portadores de deficiência auditiva. E desta forma, reflectir de forma crítica, sobre ela, e criar estratégias que visam a melhoria do papel da família na inclusão.

Para a realização do nosso estudo, o nosso problema foi constituído com base nas nossas leituras sobre o papel das famílias na inclusão de alunos portadores de deficiência auditiva. Face a pertinência desta temática e de forma a ter uma linha condutora, que irá acompanhar

todo o processo de desenvolvimento e conclusão deste trabalho, coube-nos traçar a seguinte *pergunta de partida*.

- ❖ Qual a importância do papel da família no processo de inclusão de alunos portadores de deficiência auditiva na escola básica Eugénio Tavares,

A definição dos objectivos constitui uma outra etapa no processo de investigação. E a nossa pesquisa debruça-se sobre os seguintes objectivos:

Objectivo Geral

- Conhecer a importância do papel da família no processo de inclusão de alunos portadores de deficiência auditiva.

Objectivos Específicos

- Identificar as dificuldades vivenciadas pelas famílias no processo de inclusão de alunos portadores de deficiência auditiva;
- Perceber a percepção dos professores em relação ao papel da família no processo de inclusão de alunos portadores de deficiência auditiva;
- Conhecer a percepção dos pais acerca dos benefícios da inclusão de alunos portadores de deficiência auditiva;
- Conhecer a percepção dos pais acerca do seu papel no processo de inclusão escolar dos seus filhos.

Uma vez formulada a pergunta de partida e os objectivos do trabalho, sentimos a necessidade de elaborar as proposições hipotéticas que serão sujeita ao exame ao longo desta investigação, as quais, de seguida, passamos a apresentar:

- 1) O deficiente envolvimento dos pais no processo de inclusão advém da falta de informação e formação acerca da inclusão;
- 2) A família desempenha um papel preponderante no processo de inclusão de alunos portadores de deficiência auditiva, porque consideram que a família deve preparar os filhos para a inclusão;
- 3) Os pais consideram que não existe benefício no processo de inclusão de alunos portadores de deficiência auditiva na escola Eugénio Tavares, porque estes são discriminados pelos alunos e professores;
- 4) Os pais consideram que o seu principal papel prende-se com o suporte afectivo, ou super protecção dos filhos.

Estrutura do trabalho

Para além a introdução, este trabalho de pesquisa encontra-se estruturado em três capítulos:

No primeiro capítulo, denominado de *fundamentação teórica* procedemos a clarificação dos conceitos básicos que nos apresentam pertinente para uma melhor compreensão do trabalho. Iguamente abordamos os conceitos de NEE, integração, inclusão, deficiência auditiva, família. Seguidamente abordamos a contextualização de NEE, a evolução da educação especial, tipos de NEE, a integração dos alunos com NEE, numa perspectiva de transição para a inclusiva. Após esta etapa de transição, analisamos a deficiência auditiva de um modo geral, a relação escola família, bem como o seu papel no processo de inclusão.

O segundo, apresentamos a fundamentação metodológica, discorrendo de forma particular sobre a metodologia, o tamanho e selecção da amostra, os instrumentos de recolha de dados, análise e interpretação dos dados, bem como os procedimentos utilizados.

No terceiro e último capítulo, procedemos a análise e interpretação dos dados empíricos.

Finalmente a conclusão que sintetiza todo o percurso efectuado, realçando os aspectos mais importantes da pesquisa, apresentamos as referências bibliográficas, as recomendações, e os anexos que servirão de suporte para eventuais esclarecimentos.

Capítulo 1: Enquadramento Teórico

1. Conceitos fundamentais

1.1 Necessidades Educativas Especiais (NEE)

O conceito de NEE surge pela primeira vez no Warnock Report, em Londres, em 1978, onde afirma que nenhuma criança deve ser considerada ineducável, e que a finalidade de educação é a mesma para todos por ser um bem a que todos têm direito.

O referido conceito foi adoptado em 1994 na declaração de Salamanca, pelo UNESCO, e redefinido como abrangendo todas as crianças ou jovens cujas necessidades se relacionam não somente com as deficiências, mas também crianças com altas habilidades/sobredotadas, crianças de rua, de minorias étnicas ou culturais e crianças de áreas ou grupos desfavorecidos ou marginais com dificuldades educacionais.

Segundo Bairrao (1998) citado por Sim-Sim (2005), o termo NEE refere-se ao desfasamento entre o nível de comportamento ou de realização da criança a qual dela se espera em função

da sua idade cronológica. Este conceito de NEE abarca todos os alunos que exigem recursos ou adaptações especiais no processo de ensino/aprendizagem, não comuns à maioria dos alunos da mesma idade, por apresentarem dificuldades ou incapacidades que se reflectem numa ou mais áreas de aprendizagem.

Na perspectiva de Correia (1993), o conceito de NEE, refere-se às crianças e aos adolescentes com problemas sensoriais, físicos, intelectuais, emocionais e com dificuldade de aprendizagem derivadas de factores físicos ou ambientais. Para este autor, o conceito de NEE abrange crianças e adolescentes com aprendizagem atípico, isto é, que não acompanham o currículo normal, sendo necessário proceder às adaptações curriculares de acordo com a problemática da criança ou do adolescente, ou seja, toda e qualquer criança independentemente dos problemas que possui tem direito a um programa de educação pública gratuito.

Segundo Brennan (1988) apud Correia (1999), salienta que o conceito de NEE ocorre quando um problema (físico, sensorial intelectual, social ou qualquer combinação destas problemáticas) afecta a aprendizagem ao ponto de serem necessários acessos específicos ao currículo, ao currículo especial ou modificado, ou as condições de aprendizagem especialmente adaptadas para que o aluno possa receber uma educação apropriada. Tal necessidade educativa pode classificar-se como de ligeira a severa e pode ser permanente ou manifestar-se durante uma fase do desenvolvimento do aluno.

1.2 Conceito de Integração

A integração é um processo dinâmico de participação das pessoas num contexto de relações, o que determina a sua interacção com os diversos grupos sociais. Assim, é um processo gradual e dinâmico que pode adoptar formas diferentes de acordo com as necessidades e habilidades dos alunos.

A integração segundo NARC (Nacional Association of Retarded Citizens) citado por Bautista et al (1997), é uma filosofia ou princípio de oferta de serviços educativos, que se põem em prática mediante a provisão de uma variedade de alternativas de ensino e de aulas adequadas ao plano educativo de cada aluno, permitindo a máxima integração educacional, temporal e social entre alunos deficientes e não durante o período escolar normal. Deste modo a integração supõe que:

- ❖ uma criança que frequenta a escola pela primeira vez e que, pelas suas características, poderia ter sido colocada num centro de ensino especial;
- ❖ as que frequentam centros de ensino especial passam para escolas regulares numa determinada modalidade de integração;
- ❖ as que estão a tempo inteiro numa unidade de educação especial de uma escola regular vão sendo pouco a pouco incorporadas na classe regular;
- ❖ as crianças que frequentam uma classe regular e que noutras circunstâncias passariam para uma classe especial ou centro especializado, continuarão na classe regular.

1.3 Conceito de Inclusão

Segundo Sebba (1996) citado por Tilstone et al (2003), a inclusão é o processo através do qual a escola tenta dar resposta a todos os alunos enquanto indivíduos ao reconsiderar a organização dos seus currículos, organização e meios para garantir o sucesso escolar.

Ainda na perspectiva de Tilstone et al (2003), a inclusão significa a oportunidade dos indivíduos com deficiência participarem cabalmente em todas as actividades educativas, laborais, de consumo, de diversão, comunitárias e domésticas que caracterizam a sociedade quotidiana.

Para Sebba et al (1996), citado por Rodrigues (2003), o supracitado conceito é o processo através do qual a escola tenta responder a todos os alunos enquanto indivíduos, reconhecendo e reestruturando a sua organização curricular e a provisão e utilização de recursos para

melhorar a igualdade de oportunidade. Através deste processo a escola constrói a sua capacidade de aceitar os alunos que a desejem frequentar, isto é, reduz a necessidade de excluir os alunos.

1. 4 Conceito de Deficiência Auditiva

Capovilla e Walkiria (2001) citado por Sim-Sim et al (2005), afirma que o termo portador de deficiência auditiva é normalmente usado para descrever as pessoas, mesmo fazendo uso do aparelho auditivo, são incapazes de compreender a fala que ocorre no nível usual de conversação.

De acordo com Regis (2003), a deficiência auditiva é um impedimento sensorial que causa no indivíduo danos linguísticos, cognitivos, emocionais, sociais e escolares, o que pode produzir graves limitações na vida do surdo, visto que a linguagem é a principal função mental do ser humano, sendo a capacidade de utilizá-la o factor que o difere de outros animais. Ela pode gerar no indivíduo um sério bloqueio comunicativo levando-o a não compartilhar e participar da sociedade do ouvinte, o que leva a criança surda a sofrer sérias dificuldades escolares e o adulto surdo à incapacidade de inserção no mercado de trabalho.

1. 5 Conceito de Família

De acordo com Giddens (2000), a família é o grupo de indivíduos ligados por laços de sangue de casamento ou adopções que formam uma unidade económica, em que os membros são responsáveis pela educação das crianças. Para ele, todas as sociedades conhecidas tem de alguma forma um sistema familiar, embora a natureza das relações familiares seja muito razoável. O autor reforça que a família, é o primeiro e talvez o principal grupo social em que vivemos. É nela que aprendemos a construir a nossa individualidade e independência. A família é definida como unidade básica de desenvolvimento e experiência, realização e fracasso, saúde e enfermidade. É na família que o indivíduo constrói seus primeiros laços afectivos, suas primeiras relações sociais, sendo de grande importância para o desenvolvimento de sua personalidade.

2. Contextualização do aparecimento do conceito de NEE

Para Bautista (1997), a utilização deste conceito, representou não apenas uma alteração terminológica e semântica mas sobretudo, uma intenção efectiva de mudança na forma de perspectivar a educação especial e consequentemente a Educação dita regular.

Por outro lado, ainda na senda de Bautista, o seu uso progressivo no campo da educação tem possibilitado uma visão socialmente menos estigmatizante dos problemas dos alunos e teve implicações também no âmbito da intervenção da Educação Especial. Deste modo passou a atender as crianças, jovens com deficiências, mas também aquelas que ao longo do seu percurso escolar apresentam problemas de aprendizagem.

Segundo Correia (1999), há por detrás dele, toda uma história, que se reporta a países como a Suécia, Estados Unidos e o Canadá, entre outros, de que tem a ver com a discriminação a que estavam os sujeitos portadores de uma problemática específica, denominados de excepcionais,

O termo NEE vem, assim responder ao princípio da progressiva democratização das sociedades, reflectindo o postulado na filosofia da integração e proporcionando uma igualdade de direitos, nomeadamente no que diz respeito à não discriminação por razões de raça, religião, opinião, características intelectuais e físicas a toda a criança e adolescente em idade escolar (ibidem).

2.1 Antecedentes da evolução da Educação Especial – da exclusão à segregação

Segundo Correia (1999:13), todas as sociedades têm ao longo dos tempos, recorrido a práticas reguladoras face ao “diferente” e a criança com NEE não foi excepção. A história assinala políticas extremas da sua exclusão na sociedade: Em Esparta, na antiga Grécia, crianças com deficiências físicas eram colocadas nas montanhas e, em Roma, atiradas ao rio. Segundo o mesmo autor ao longo de toda a Idade Média, muitos seres humanos física e mentalmente

diferentes, por isso associados à imagem do diabo e a actos de feitiçaria e bruxaria, foram vítimas de perseguições julgamentos e execuções.

O despotismo e a ignorância reinantes desde tempos remotos sofreram um rude golpe no século seguinte com a filosofia de Locke e de Rosseau, de cariz mais humanista e tolerante. “Emílio ou da Educação” e o mito do bom selvagem propiciam uma nova forma de olhar para a criança deficiente.

No início do século XIX a tentativa da recuperação ou remoldagem (física, fisiológica e psíquica) da criança diferente, com o objectivo de a ajustar à sociedade, num processo de socialização concebido para eliminar alguns dos seus atributos negativos, reais ou imaginários.

Para Correia (1999), no século XIX, médicos e outros homens de ciências dedicam-se decididamente ao estudo desses seres diferentes, os deficientes como na altura eram chamados. Com efeito, o pai da educação especial (Itard), investiu grande parte da sua vida na recuperação de Victor, uma criança encontrada nos bosques de Aveyron, França, portadora de uma deficiência mental profunda. Passando de uma fase inicial de entusiasmo para uma outra de desilusão, quando cinco anos mais tarde, constata a impossibilidade da cura. Entretanto Itard sistematiza as necessidades educativas de crianças com este tipo de problemáticas e desenvolve programas específicos. No dealbar do século XX, os conhecimentos ampliam-se com a teoria psicanalítica de Freud e com os testes de Galton para a medição da capacidade intelectual a partir do desempenho de tarefas sensório-motoras. O conceito de “idade mental” e os testes de inteligência de Binet e Simon, para identificação de crianças mentalmente atrasadas que não beneficiavam de uma situação educativa normal, originam uma evolução no sentido da criação de escolas especiais.

De acordo com Correia (1999), a política global consiste agora em separar e isolar estas crianças do grupo principal e maioritário da sociedade. Há uma necessidade, óbvia e compreensível, de evidenciar o empenho na resolução do problema: começam a surgir

instituições especiais, asilos, em que são colocadas muitas crianças rotuladas e segregadas em função da sua deficiência.

O mesmo autor acrescenta que a política da exclusão elimina a criança da sociedade de que deve ser parte integrante, o procedimento de as colocar com estatuto desviante segregava-as: excluídas dos programas de educação públicos, impedidas de interações benéficas para o seu desenvolvimento, crescem em ambientes interpessoais áridos e, muitas vezes, hostis, não existindo serviços que as ajudam ou às suas famílias na tarefa educativa.

Quando as escolas públicas começam a aceitar uma certa responsabilidade na educação de algumas dessas crianças, prevalece uma prática segregacionista que se vai manter durante décadas. Classificadas de deficientes e rotuladas de atrasadas, são marginalizadas das classes regulares em colocadas em *classes especiais* separadas das outras crianças da escola. A criança com problemas de comportamento e aprendizagem era colocada na classe regular, não lhe sendo dado qualquer acompanhamento específico. Antes pelo era classificada de mal comportada e lenta se não apresentava progressos académicos satisfatórios.

2.2 Educação Especial

De acordo com Loureiro et al (2002), a educação especial não deve ser vista fora da educação regular, pois, é um processo que visa promover o desenvolvimento das potencialidades de pessoas portadoras de deficiências, conduta típica ou de altas habilidades, e que abrange os diferentes níveis e graus do sistema de ensino. A educação especial íntegra o sistema educacional vigente, identificando-se com sua finalidade, formar cidadãos conscientes e participativos. O processo deve ser integral, fluindo desde a estimulação essencial até os graus superiores de ensino sob o enfoque sistémico, a educação especial íntegra o sistema educacional vigente, identificando-se com sua finalidade, que é a de formar cidadãos conscientes e participativos.

Para Vygotsky apud Monteiro (1989), desde os primeiros anos de vida, a criança que apresenta uma deficiência ocupa uma posição social especial. Em que sua relação com o

mundo ocorre de maneira diferente das crianças normais. Geralmente atribuí-se uma série de qualidades negativas a pessoa portadora de deficiência e fala-se muito sobre as dificuldades de seus desempenhos. Desse modo, homogeneiza-se suas características, falando muito de suas falhas esquecendo de falar sobre as características positivas que as constituem como pessoa.

Assim, na educação especial, o importante é conhecer como o aluno se desenvolve, ou seja, enfatiza não a deficiência em si mesma, porém como se apresenta o processo de desenvolvimento; como ele interage com o mundo; como organiza seus sistemas de compreensão; as trocas; as mediações que auxiliam na sua aprendizagem; a participação ou exclusão da vida social; a sua história de vida.

A escola, por sua vez, é um espaço interactivo por excelência, possuindo grande papel no desenvolvimento, dando oportunidade a integração social, impulsionando a aprendizagem, criando zonas de desenvolvimento proximal, propiciando as compensações às necessidades especiais, tornando-se necessário entender como são desenvolvidas as propostas educacionais voltadas aos portadores de necessidades especiais.

Ainda segundo Vygotsky apud Monteiro (1989), a educação da criança com necessidades especiais, precisa estar voltada para o desenvolvimento das funções que lhe ajude a superar suas dificuldades, formando uma concepção de mundo e, a partir dela, a aquisição de conhecimento fundamentais para o entendimento das suas relações com vida.

Bautista et al (1997), considera-se que uma criança necessita de Educação Especial se tiver alguma dificuldade de aprendizagem que requeira uma medida educativa especial. Todavia o conceito de dificuldade de aprendizagem é relativo, surge quando um aluno tem uma dificuldade de aprendizagem significativamente maior do que a maioria dos alunos da sua idade ou sofre de uma incapacidade que o impede de utilizar ou lhe dificulta o uso de instalações educativas geralmente utilizadas pelos seus companheiros.

2.3 Tipos de Necessidades Educativas Especiais

Referimos que há casos de crianças e adolescentes com ritmos e estilos de aprendizagem diferentes dos “normais” significa que teríamos de considerar adaptações curriculares mais ou menos generalizadas. É, portanto, a partir da necessidade de se efectuarem adaptações, cujo grau de modificação curricular é variável em função da problemática em questão, que poderemos classificar as NEE.

Segundo Correia (2008:45-46), existem dois grandes tipos de NEE a qual de seguida passamos a apresentar:

- a) NEE significativas;
- b) NEE ligeiras;

2.3.1 NEE significativas

Segundo Correia (2008:46), são aquelas em que a adaptação do currículo é generalizada e objecto de avaliação sistemática, dinâmica e sequencial de acordo com os progressos do aluno no seu percurso escolar. Neste grupo encontramos as crianças e adolescentes cujas alterações significativas no seu desenvolvimento foram provocadas, na sua essência, por problemas orgânicos, funcionais e ainda por défices socioculturais e económicos graves. Abrangem, portanto, problemas de foro sensorial, intelectual, processológico, físico, emocional e quais outros problemas ligados à saúde do indivíduo.

Síntese dos Tipos de NEE significativas segundo Correia (2008:47)

Categorias	Manifestações
De carácter intelectual	- Deficiência mental - Autismo (ligeira, moderada, severa e profunda) - Dotados e sobredotados
De carácter sensorial	- Cegos e amblíopes - Surdos e hipoacústicos

De carácter motor	- Paralisia cerebral - Spina bífida - Distrofia muscular - Outros problemas motores
De carácter processológico	- Dificuldades de aprendizagem
Traumatismo craniano	
Outros problemas de saúde	- Sida, diabetes, Asma, hemofilia, problemas cardiovasculares, cancro, Epilepsia, etc.

Fonte: livro de Correia

2.3.1.1 NEE de carácter intelectual

Neste grupo normalmente encontra-se as crianças e adolescentes com deficiência mental, ou seja, aqueles indivíduos cujos problemas acentuados no seu funcionamento intelectual e comportamento adaptativo lhes causa problemas globais na aprendizagem, quer ela seja académica ou social. Engloba-se ainda nesta categoria os indivíduos dotados e sobredotados cujo funcionamento intelectual e potencial de aprendizagem é superior à média e que, caso os programas não estejam em consonância com as suas características, podem também eles experimentar insucesso escolar, Correia (2008:46).

2.3.1.2 NEE de carácter processológico

Os alunos com problemas processológico, derivados de problemas relacionados essencialmente com a recepção, organização e expressão da informação, são geralmente designados por alunos com dificuldades de aprendizagem, ou seja ela caracteriza-se, em geral, por uma discrepância acentuada entre o potencial estimado do indivíduo (inteligência na média ou acima da média) e a sua realização escolar que é abaixo da média numa ou varias áreas académicas, (ibidem).

2.3.1.3 NEE de carácter emocional

Nesta categoria enquadram-se todos os alunos cuja problemática emocional ou comportamental elicia comportamentos de tal forma desapropriados que levam à disrupção dos ambientes em que eles se inserem. Embora continue a controvérsia quanto à definição e terminologia mais correctas esta categoria engloba essencialmente o grupo de alunos cujas perturbações são de tal maneira graves que põem em causa quer o sucesso escolar, quer mesmo, a sua segurança e as daqueles que os rodeiam. Nela se incluem as psicoses e quaisquer outros problemas graves de comportamento, (ibidem:47).

2.3.1.4 NEE de carácter físico e de saúde

Este grupo de aluno engloba todos aqueles cujas capacidades físicas foram alteradas por qualquer problema de origem orgânica ou ambiental, vindo a provocar-lhes incapacidades do tipo manual e/ou da mobilidade. As categorias mais comuns deste grupo são: a paralisia cerebral, a espinha bífida, a distrofia muscular, embora possamos encontrar outros problemas motores derivados de problemas respiratórios graves, amputações, poliomielites e, etc., acidentes que venham afectar os movimentos de um indivíduo.

No grupo dos problemas sensoriais incluem-se, principalmente, os alunos cujas capacidades visuais ou auditivas estão afectadas. Assim, no que diz respeito a visão podemos considerar duas sob categorias: os cegos e os amblíopes. Os cegos são aqueles cuja incapacidade os impede de ler, seja qual for o tamanho da letra. Para ler, usam o sistema Braille. Os amblíopes, mesmo tendo em conta o grau de severidade do problema são capazes de ler desde que efectuem modificações no tamanho das letras, (ibidem:48).

2.3.2 NEE ligeiras

Segundo Correia (2008:48), são aqueles em que a adaptação do currículo escolar é parcial e se realiza de acordo com as características dos alunos, num certo momento do seu percurso escolar. Geralmente, podem manifestar-se como problemas ligeiros de leitura, escrita ou

calculado ou como problemas ligeiros, atrasos ou perturbações menos graves ao nível do desenvolvimento motor, perceptivo, linguístico ou socioemocional.

A resposta educativa a estas problemáticas geralmente exige uma modificação parcial do currículo escolar, adaptando-o às características do aluno num determinado momento do seu desenvolvimento e percurso educacional.

3. Da integração à escola inclusiva

Segundo Bautista (1997) o conceito de integração é mais do que integrar, mas sim criar condições, meios para a materialização das aprendizagens. A integração constitui-se como um paradigma, na medida em que suscitou inúmeras mudanças não somente no cenário do sistema educativo mas em vários outros sectores da vida na comunidade. Passou por um percurso que a seu tempo aprofundou-se nos princípios de normalização, isto é, o aluno com NEE deve desenvolver o seu processo educativo num ambiente não restritivo e tão normalizado quanto possível.

Na visão de Correia (1993) a integração ocorre quando a colocação de uma criança com NEE num ambiente o mais normal possível de acordo com as suas características, com o fim de poder receber uma educação apropriada, e esta integração parte da convicção de que a criança deve ser educada no meio restrito e que possam satisfazer as suas necessidades educativas, fornecendo apoio educativo para a superação do problema.

O conceito de inclusão veio revolucionar o conceito de integração, pois, a inclusão é mais ampla que integração, pois, enfatiza o papel da escola regular na sua tarefa de atender à totalidade dos alunos, incluindo assim, a integração dos alunos com NEE.

A diferença fundamental entre os conceitos reside na perspectiva como se encaram as NEE, uma perspectiva centrada na criança no caso integração e uma perspectiva centrada na escola e no currículo, caso da inclusão, segundo Louro (2001:103), trata-se de desviar o foco da nossa atenção dos alunos para centrar nas escolas, nos sistemas educativos e nas sociedades.

A questão central consiste em se ser capaz de desenvolver espaços de aprendizagem que respondam à diversidade dos alunos e responder às necessidades que representam qualquer tipo de incapacidade.

Ainda para Louro (2001), a nova perspectiva centrada no currículo, próprio do conceito de inclusão, confere à escola a responsabilidade de estruturar de forma a poder responder eficazmente a todas as crianças. Não se trata de classificar e categorizar alunos que precisem de apoio (separando-as das que não precisam), mas de olhar para cada um e responder de melhor forma às suas características específicas, sejam eles de ordem sócio-cultural, de ordem física, de ordem emocional ou de ordem intelectual.

Na perspectiva de Ferreira (2001) citado por Correia (2008) o movimento da educação inclusiva está vinculado ao campo de educação especial. A educação inclusiva, emergiu no centro das preocupações da educação especial e de seu compromisso com a educação da pessoa com deficiência. A educação inclusiva cresceu na direcção dos direitos de todos os estudantes de serem educados nas escolas da rede do ensino), ou seja, cresceu em direcção aos objectivos estabelecidos para a melhoria da educação para todos.

A inclusão deve ser feita não só pelo facto de ser um dos direitos do homem, que elas possuem, mas também pelo princípio da igualdade e oportunidade para todos, a estas crianças, jovens e adultos portadores de deficiências que merecem e precisam de uma atenção especial.

A educação inclusiva está voltada para o contexto educativo com o objectivo de melhorar as condições de ensino e aprendizagem, para que todos os alunos participem e se beneficiem de uma educação de qualidade, pois mais do que integrar é preciso criar condições para a materialização das aprendizagens. É neste contexto que o conceito de inclusão consubstancia o objecto de estudo do trabalho ora realizado. Pois, a inclusão é mais ampla que integração, pois, enfatiza o papel da escola regular na sua tarefa de atender à totalidade dos alunos, incluindo assim, a integração dos alunos com NEE.

Segundo Mittler et al (1995), citado por Rodrigues (2001), a inclusão deveria ser vista com um processo através do qual a escola ou a comunidade continua a explorar novas formas de desenvolver respostas que valorizem a diversidade, falar em inclusão é por consequência falar numa perspectiva centrada no aluno de modo a responder as suas necessidades individuais, enquanto a integração, procurou sobretudo realçar o ajustamento do envolvimento físico no qual a aprendizagem se desenvolve, a inclusão centra-se no ajustamento das necessidades de aprendizagem dos indivíduos e adapta as perspectivas de ensino a essas necessidades.

3.1 Educação inclusiva

Segundo Mantoan (1997), refere a educação inclusiva como respostas educativas para as necessidades de seus alunos. E nesta busca de respostas para atender à diversidade, o processo pedagógico fica, com certeza mais rico, propiciando uma melhor qualidade de educação para todos. A educação inclusiva implica eliminar as barreiras que se contrapõem à aprendizagem e à participação de muitas crianças, jovens, adultos, com a finalidade de que as diferenças culturais, socioeconómicas, individuais e de género não se transformem em desigualdades educativas e, assim, em desigualdades sociais.

Na visão de Alves (2005), a educação inclusiva implica eliminar barreiras que se contrapõem à aprendizagem e à participação de muitas crianças, jovens, adultos, com a finalidade de que as diferenças culturais, socioeconómicas, individuais e de género não se transformem em desigualdades educativas e, assim, em desigualdades sociais. Definitivamente, a educação inclusiva centraliza a sua preocupação no contexto educativo e em como melhorar as condições de ensino e aprendizagem, para que todos os alunos participem e se beneficiem de uma educação de qualidade

A educação inclusiva é a implementação de uma pedagogia que é capaz de educar com sucesso todos os educandos, mesmo aqueles comprometidos, isto é, oferecer às pessoas com necessidades especiais as mesmas condições e oportunidades sociais, educacionais e profissionais acessíveis as outras portadores de necessidades educativas especiais incluídos em classes comuns, exige serviços de apoio integrado por docentes e técnicos qualificados e

uma escola aberta a pessoas, respeitando-se as características específicas de cada um. A Educação Inclusiva dar-se-á através de mecanismos que irá atender a diversidade, como, por exemplo, proposta curricular adaptadas, a partir daquelas adoptadas pela educação comum. O atendimento dos educandos à diversidade.

A inclusão escolar é um processo pelo qual a escola se adapta para poder incluir, em seus sistemas, pessoas com necessidades especiais, e apresenta as seguintes características básicas:

- a educação inclusiva implica processos para aumentar a participação dos estudantes e a redução de sua exclusão cultural, e comunitária nas escolas locais.
- implica reestruturar a cultura, as políticas e as práticas dos centros educativos, para que possam atender à diversidade dos alunos de suas respectivas localidades.
- refere à aprendizagem e à participação de todos os estudantes vulneráveis que se encontram sujeitos à exclusão, não somente aqueles com deficiência ou rotulados como apresentando NEE.
- visa a melhoria das escolas, tanto em relação ao corpo docente como aos alunos. - A preocupação em superar as barreiras antepostas ao acesso e, em especial a participação do aluno, pode servir para revelar as limitações de carácter mais geral de instituição do ensino, quando do atendimento à diversidade dos alunos.
- diz respeito ao esforço mútuo de relacionamento entre estabelecimentos de ensino e suas comunidades
- é um aspecto da educação inclusiva.

3.2 Escola como Espaço de Inclusão

A escola, para que possa ser considerada um espaço inclusivo, precisa abandonar a condição de instituição burocrática, apenas cumpridora das normas estabelecidas pelos níveis centrais. Para tal, deve transformar-se num espaço de decisão, ajustando-se ao seu contexto real e

respondendo aos desafios que se apresentam. O espaço escolar, tem de ser visto como espaço de todos e para todos.

Segundo Ortiz (1997), citado por Correia (1999), a finalidade das escolas inclusivas devem criar um sistema educativo que possa fazer frente as necessidades dos alunos, isto é, implica respeitar a individualização e desenvolver uma cultura de colaboração como base para a resolução dos problemas, facilitando assim, a aprendizagem profissional de todos os professores e alunos, aumentando a igualdade de oportunidades como meio para conseguir uma melhoria educativa.

Para Correia (1999), as escolas inclusivas caracterizam-se por desenvolver escolas comunitárias de apoio que favorecem a participação de todos os alunos sem qualquer distinção. Consideram que as escolas inclusivas tem um sentido de coesão da comunidade aberta as diferenças que dá resposta as NEE, valorizando a diversidade na medida em que esta fortalece a classe e oferece a todos os membros melhores oportunidades de aprendizagem. Uma escola inclusiva educa todos os alunos dentro de um único sistema, com o compromisso de lhes proporcionar programas educativas adequadas as suas capacidades e apoio tanto para os professores como para os alunos em função das suas necessidades.

De acordo com Mantoan (1997), a escola inclusiva é aquela que não tenha medo de arriscar, com coragem suficiente para criar e questionar o que está estabelecido, em busca de rumos inovadores, e em resposta às necessidades de seus alunos.

E nesta busca de respostas para atender à diversidade, o processo pedagógico fica, com certeza, mais rico, propiciando uma melhor qualidade de educação para todos. É dessa forma que todos se beneficiam da educação inclusiva, que todos se enriquecem: alunos, professores, família e comunidade. Então, como actuar numa escola inclusiva? Compreendendo o aluno portador de necessidades educativas especiais e respeitando-o a sua diferença, reconhecendo-o como uma pessoa que tem determinado tipo de limitação (e, embora as dele sejam de consequências geralmente mais difíceis, todos têm limitações), mas que também possui seus pontos fortes. Para isso, é necessários que se abandonem os rótulos, as classificações,

procurando levar em conta as possibilidades e necessidades impostas pelas limitações que a deficiência lhe traz.

3.3 Princípios da Inclusão

Partindo do princípio de “igualdade de oportunidade” e “educação para todos” é inegável que deve ampliar as oportunidades educacionais para aos alunos considerados portadores de necessidades especiais.

Neste sentido as escolas inclusivas devem reconhecer e responder as necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recursos e parceria com as comunidades.

A ideia fundamental de inclusão é a de adaptar o sistema escolar às necessidades dos alunos. A inclusão propõe um único sistema educacional de qualidade para todos os alunos, independentemente das diferenças individuais.

Pois baseia em princípios tais como:

- A aceitação das diferenças individuais como um atributo e não como um obstáculo;
- A valorização da diversidade humana pela sua importância para o enriquecimento de todas as pessoas;
- O direito de pertencer e não de ficar de fora;
- O igual valor das minorias em comparação com a maioria.

Segundo a Declaração de Salamanca, o princípio fundamental das escolas inclusivas consiste em todos os alunos aprenderem juntos, independentemente das dificuldades e das diferenças que apresentem. Estas escolas devem reconhecer e satisfazer as necessidades diversas dos seus alunos, adaptando-se aos vários estilos e ritmos de aprendizagem, de modo a garantir um bom nível de educação para todos através de currículos adequados, de uma boa

organização escolar, de estratégias pedagógicas, de utilização de recursos e de uma cooperação com as respectivas comunidades. É preciso, portanto, um conjunto de apoios e serviços para satisfazer o conjunto de necessidades especiais dentro da escola.

Na perspectiva de Sasaki (1997), a inclusão escolar baseia-se em princípios como, a aceitação das diferenças, valorização da diversidade humana, propondo um único serviço de sistema educacional de qualidade para todos os seus alunos com ou sem deficiência. Para o autor a escola comum só torna inclusiva quando a mesma se reestrutura para atender a diversidade dos alunos em termos de necessidades especiais, como também em termos de estilos e habilidades de aprendizagem dos alunos.

Essas mudanças conduzem a uma reforma do ensino necessário para melhorar a qualidade e o aproveitamento escolar por parte de todos os alunos. As escolas devem ser preparadas para receber a pessoa com “deficiência”, através da remoção das barreiras ambientais, e no que se refere às atitudes dos envolvidos.

3. 4 Vantagens da inclusão

Na óptica, de Karagiannis et al (1996), citado por Correia (2008), existem um conjunto de vantagem da inclusão:

- permite desenvolver atitudes positivas perante a diversidade, e estas atitudes desenvolvem-se quando os educadores, facilitam a interacção, a comunicação, o desenvolvimento de amizade entre grupos de pares.

- facilita a aquisição de ganhos ao nível do desenvolvimento académico e social, através de constantes interacções com os seus pares, possibilitando melhores competências académicas, sociais e de comunicação.

- *prepara para a vida na comunidade*, para os pais e professores, quanto mais tempo os alunos com NEE estiverem em ambientes inclusivos, melhor é o seu desempenho educacional, social e ocupacional.

- *evita os efeitos negativos da exclusão*, os ambientes segregadores são muitas vezes prejudiciais para os alunos com NEE, pois não os preparam para a vida do dia-a-dia. Por outro lado, os alunos sem NEE frequentam ambientes onde a diversidade, a cooperação e o respeito são valores pouco divulgados.

3.5 Adaptações curriculares para alunos com NEE

Na perspectiva de Júnior (1999), inserir os alunos com necessidades especiais na rede regular constitui o primeiro passo para a inclusão. As adaptações realizam-se de acordo com as necessidades do aluno, podendo ser dispensadas ou aplicadas de forma reduzida, ou ainda, em alguns casos, de forma mais intensiva, dependendo das necessidades que forem identificadas,

De acordo com Júnior (1999) o currículo pode constituir um grande obstáculo para os alunos com necessidades educacionais especiais na escola regular, especialmente quando ele impõe uma referência homogénea a ser alcançada por todos os educandos, independentemente das condições particulares que possam apresentar. As adaptações curriculares constituem o conjunto de modificações que se realizam nos objectivos, conteúdos, critérios e procedimentos de avaliação, actividades e metodologias para atender às diferenças individuais dos alunos.

O currículo tem por objectivo demonstrar a filosofia e a pedagogia da escola em relação a todos os alunos que atende, bem como a sua comunidade. Uma concepção processual de currículo expressa, simultaneamente, processo de construção e reconstrução envolvendo, momentos de selecção, criação, produção e apropriação do conhecimento sistematizado.

As adaptações curriculares não devem ser entendidas como procedimentos exclusivamente individuais ou decisões que envolvam apenas o professor e o aluno. Podem realizar-se em três níveis:

- ❖ no âmbito mais geral, envolvendo o projecto pedagógico da escola;
- ❖ no âmbito mais particular, envolvendo o currículo desenvolvido na sala de aula;
- ❖ no nível individual.

3.6 Problemática na inclusão de alunos portadores de deficiência auditiva

A educação dos surdos é um assunto polémico, com limitações e problemas do sistema educativo. As discussões sobre a inclusão de alunos portadores de deficiência auditiva revelam ambiguidade e indefinições. O uso da língua de sinais é um direito do deficiente auditivo e uma forma de garantir melhores condições de escolarização, Loureiro et al (2002).

Segundo a mesma autora a inclusão do aluno surdo não deve ser norteadada pela igualdade em relação ao ouvinte, mas sim em suas diferenças sócio-histórico e culturais, às quais o ensino se ancore em fundamentos linguísticos, pedagógicos, políticos, históricos, implícito nas novas definições e representações sobre a surdez. A escola, ao considerar o surdo como ouvinte numa lógica de igualdade, lida com a pluralidade dessas pessoas de forma contraditória, ou seja, nega-lhe sua singularidade de indivíduo portador de deficiência auditiva.

Em relação à polémica da educação dos surdos, configura-se a questão curricular, pois as escolas encontram-se atreladas a uma ideologia oralista, conveniente aos padrões dos órgãos de poder. Na educação dos surdos, o currículo faz parte de práticas educativas e é efeito de um discurso dominante nas concepções pedagógicas dos ouvintes.

3.7 Formação de Professores para o processo inclusivo

Na visão de Parizzi (2000), um dos principais desafios a fim de que se tenha uma plena implementação da educação inclusiva, refere-se à questão da formação de professores. Actualmente considera-se que esta questão tem uma relevância preponderante na busca de uma melhor compreensão de construção do desenvolvimento profissional do docente, tendo em vista obter melhorias na qualidade do ensino oferecido a eles, para que possam actuar num contexto no qual prevalece uma população variada, caracterizada pela sua desigualdade social e educativa.

Mas, ao falar sobre o professor é necessário inicialmente compreender o seu papel no contexto educacional. No processo das abordagens educacionais este profissional aparece como a figura principal, pois é quem conduz a situação do ensino na sala de aula. Portanto, ele deve apoiar e estimular os alunos a envolverem-se activamente em sua própria aprendizagem.

Morejón (2001) refere que o professor tem a função de organizar uma prática didáctico-pedagógicas que estimule a aprendizagem conceitual significativa, na qual o aluno estabelece uma relação de prazer com o conhecimento levando-o a aprender.

De acordo com Glat et al (2002), a formação do professor, com vistas ao aperfeiçoamento da prática pedagógica mais imediata no quotidiano da sala de aula, torna-se condição mister para que tal processo ocorra, sendo que este tem provocado profundas reflexões nos educadores e órgãos do governo. Mudanças com certeza são necessárias, sendo que a situação dos recursos humanos, especificamente dos professores das classes regulares, afigura-se como a mais expressiva ao se pensar na viabilidade do modelo de educação inclusiva para todo o país. A formação e a capacitação docente impõem-se como meta principal a ser alcançada na concretização do sistema educacional que inclua a todos. Desta forma, isto requer acções em todas as instâncias particularmente destinadas à capacitação de recursos humanos, assegurando que os currículos dos cursos de formação e capacitação de professores estejam voltados para prepará-los para atender alunos com deficiência em escolas regulares

Ainda segundo Glat (1998) afirma que os educadores frequentemente apontam que, de um modo em geral, os cursos de formação de professores trabalham a teoria, mas não conciliam estes conhecimentos com a prática. Isto ocorre porque, na sua grande maioria, os currículos estão distanciados da prática pedagógica e não contemplam a preparação do professor de forma a capacitá-lo para trabalhar com a diversidade encontrada em sala de aula. A mencionada autora relata a necessidade da criação de condições que proporcionem a este profissional uma habilitação sólida e integral, capaz de trazer mudanças para a sua prática pedagógica, permitindo-o trabalhar numa sala de aula heterogénea, onde cada aluno é um ser individual e único.

4. Classificação da Deficiência Auditiva

Na perspectiva de Giuseppe et al (1997) existem dois tipos principais de problemas auditivos. O primeiro afecta o ouvido externo ou médio e provoca dificuldades auditivas "condutivas" (também denominadas de "transmissão") quando existe uma lesão a nível do ouvido externo ou médio, que impede a transmissão das ondas sonoras. Aqui há uma situação de audição reduzida, mas não de surdez. Para haver surdez é necessário que o próprio nervo auditivo esteja danificado.

O outro tipo envolve o ouvido interno ou o nervo auditivo (surdez neurossensorial), quando existem lesões do ouvido interno ou do nervo auditivo que transmite o impulso ao cérebro. A transmissão das vibrações sonoras é feita normalmente mas a sua transformação em percepção auditiva está perturbada. Existe assim, uma dificuldade na identificação e integração da mensagem.

4.1 Característica do portador da Deficiência Auditiva

Ainda na perspectiva do autor acima citado, à deficiência auditiva pode manifestar-se como:

a) **Parcialmente surdo**

Portador de Surdez leve; aquele em que a perda auditiva é de 70 decibéis, que dificulta, mais não impede o indivíduo de se expressar oralmente, bem como de perceber a voz humana com ou sem a utilização de um aparelho auditivo. O aluno apresenta perda auditiva até quarenta decibéis. Essa perda impede que o aluno perceba igualmente todos os fonemas da palavra. Além disso, a voz fraca ou distante não é ouvida. Em geral, esse aluno é considerado como desatento, solicitando, frequentemente, a repetição daquilo que lhe falam. Essa perda auditiva não impede a aquisição normal da linguagem, mas poderá ser a causa de algum problema articulatório ou dificuldade na leitura e/ou escrita.

Portador de surdez moderada; aquele que apresenta perda auditiva entre quarenta e setenta decibéis. Esses limites se encontram no nível da percepção da palavra, sendo necessária uma voz de certa intensidade para que seja convenientemente percebida. É frequente o atraso de linguagem e as alterações articulatórias, havendo em alguns casos, maiores problemas linguísticos. Esse aluno tem maior dificuldade de discriminação auditiva em ambientes ruidosos. Em geral, ele identifica as palavras mais significativas, tendo dificuldade em compreender certos termos de relação e/ ou frases gramaticais complexas. Sua compreensão verbal está intimamente ligada à sua aptidão para a percepção visual.

b) Surdo

Portador de surdez severa – aquele que apresenta perda auditiva entre setenta e noventa decibéis. Este tipo de perda vai permitir que ele identifique alguns ruídos familiares e poderá perceber apenas a voz forte, podendo chegar até quatro ou cinco anos sem aprender a falar. A compreensão verbal vai depender, em grande parte, de aptidão para utilizar a percepção visual e para observar o contexto das situações.

Portador de surdez profunda – aquele que apresenta perda auditiva superior a noventa decibéis. A gravidade dessa perda, que o priva das informações auditivas necessárias para perceber e identificar a voz humana, impedindo-o de adquirir naturalmente a linguagem oral. As perturbações da função auditiva estão ligadas tanto à estrutura acústica, quanto à identificação simbólica da linguagem.

4.2 Causas da Deficiência Auditiva

Na visão de Giuseppe et al (1997), a deficiência auditiva pode ser congénita ou adquirida. As principais causas da deficiência congénita são hereditariedade, viroses maternas (rubéola, sarampo), doenças tóxicas da gestante (Sífilis, citomegalovírus, toxicoplasmose), ingestão de medicamentos ototóxicos (que lesam o nervo auditivo) durante a gravidez. É adquirida quando existe uma predisposição genética (otosclerose), quando ocorre meningite, ingestão de remédios ototóxicos, exposição a sons (explosão) e viroses.

Durante muito tempo, e mesmo em nossos dias, a deficiência auditiva tem sido confundida com a deficiência mental e até com possessões demoníacas e seus portadores são chamados de "doidinhos", mudos ou surdos-mudos. Muitos que alimentaram essas crenças, hoje superadas pelas novas descobertas e pelos avanços científicos, sabem que são várias e diferenciadas as etiologias (causas) que originam a surdez, embora o conhecimento científico actual seja ainda insuficiente para identificar todas elas.

Algumas condições têm-se destacado, no âmbito biomédico, como causas potenciais da deficiência auditiva ou a ela associadas:

a) Causas pré-natais: (A criança adquire a surdez através da mãe, no período de gestação)

- Desordens genéticas ou hereditárias;
- Relativas à consanguinidade;
- Relativas ao factor Rh;
- Relativas a doenças infecto-contagiosas, como a rubéola;
- Sífilis, citomegalovírus, toxicoplasmose, herpes;
- Remédios ototóxicos, drogas, alcoolismo materno;
- Desnutrição/subnutrição/carências alimentares;
- Pressão alta, diabetes;
- Exposição à radiação;
- Outras.

b) Causas Peri-natais: (problemas no parto)

- Pré-maturidade, pós-maturidade, anóxia, fórceps;
- Infecção hospitalar;
- Outras.

c) Causas Pós-natais: (problemas após seu nascimento)

- Meningite;
- Remédios ototóxicos, em excesso, ou sem orientação médica;
- Sífilis adquirida;
- Sarampo;
- Exposição contínua a ruídos ou sons muito altos;
- Traumatismos cranianos;
- Outros.

4.3 A linguagem e a Surdez

Segundo Giuseppe et al, (1997), a linguagem permite ao homem estruturar seu pensamento, traduzir o que sente, registrar os acontecimentos da vida e comunicar-se com outros homens. Ela marca o ingresso do homem na cultura, construindo-o como sujeito capaz de produzir transformações nunca antes imaginadas. Apesar da evidente importância do raciocínio lógico-matemático e dos sistemas de símbolos, a linguagem, tanto na forma verbal como em outras maneiras de comunicação, permanece como meio ideal para transmitir conceitos e sentimentos, além de fornecer elementos para expandir o conhecimento.

A linguagem é responsável pela regulação da actividade psíquica humana, pois é ela que permeia a estruturação dos processos cognitivos. Assim, é assumida como constitutiva do sujeito, pois possibilita interacções fundamentais para a construção do conhecimento Giuseppe et al, (1997). Para o autor a linguagem é adquirida na vida social e é com ela que o sujeito se constitui como tal, com suas características humanas, diferenciando-se dos demais animais.

É no contacto com a linguagem, integrando uma sociedade que faz uso dela, que o sujeito a adquire. Já para as pessoas surdas, esse contacto revela-se prejudicado, pois a língua oral é percebida por meio do canal auditivo, alterado nestas pessoas.

A linguagem é um factor importante para o desenvolvimento dos processos mentais da personalidade e integração social do surdo, apresentando-se como elemento essencial na sua integração.

Segundo Giuseppe et al, (1997), grande maioria das pessoas surdas, continua demonstrando dificuldades tanto nos níveis fonológicos e morfosintático como nos níveis semântico e pragmático.

4. 4 A Educação de Surdos e a Língua de Sinais

Para Regis (2003) é necessária a compreensão dos motivos subjacentes à mudança de orientação da filosofia educacional em relação ao surdo, do oralismo à comunicação total e desta ao bilinguismo que defende que a língua de sinais deve desenvolver o mais cedo possível. No método Oralista o surdo só seria capaz de aprender e de pensar se adquirisse a fala e concebia os sinais como uma forma inferior de comunicação.

Na comunicação Total há prática educativa utilizada com os deficientes auditivos, que propõe o uso de múltiplos meios comunicativos, através de recursos linguísticos e não linguísticos, combinando sinais, leitura orofacial, gestos, linguagem escrita, alfabeto digital, desenho etc.

A prática da Comunicação Total despertou a consciência de que os sinais facilitavam o ensino do professor e serviam para a comunicação fluir de forma mais natural, respeitando a língua materna dos surdos, dessa forma o desempenho educacional progredia. E por fim o Bilinguismo é a exposição do surdo a dois ambientes linguísticos: o gestual e o oral. Para a autora o enfoque educativo, o desenvolvimento linguístico e cognitivo seria garantido pela Língua de Sinais, considerando-a como língua materna e, a segunda língua oral e/ ou escrita garantiria a integração do surdo no mundo dos ouvintes. A ênfase é dada a Língua de Sinais

como língua materna do surdo, sua língua natural, e a condição do surdo não como deficiente e sim como diferente possuidor de uma cultura própria.

Na perspectiva de Cárnio (1998), em seu artigo “*O papel da família e da escola no processo de leitura e escrita do surdo*”, além de fazer algumas reflexões sobre as interferências do contexto educacional no processo de aquisição e desenvolvimento da linguagem oral/sinalizada e escrita de surdos, discute “*como a forma de actuação dos professores dificulta o processo de aquisição da leitura e escrita por jovens surdos e, em virtude disso, a inclusão desses jovens no ensino comum torna-se prejudicada*”.

Cárnio relata, que “O surdo passou a ser visto como uma pessoa que possui uma forma própria de comunicação, e que deve ser respeitada, e a linguagem oral, como uma segunda língua, que o surdo vai aprender se for do seu interesse”. Assim, considera-se o surdo como alguém com uma língua diferente (a de Sinais) do ouvinte, mas não desviante.

Entretanto, quando falamos na aquisição da língua escrita encontrarmos uma série de dificuldades, entre elas a questão da opção da família quanto ao tipo de comunicação que estabelecerá com seu filho, se os pais forem surdos, é certo que a Língua de Sinais será naturalmente desenvolvida e apreendida, mas quando o surdo é filho de pais ouvintes que desconhecem a Língua de Sinais, as crianças surdas apresentam desvantagens e dificuldades para incorporar a Língua de Sinais como sua primeira língua.

4.5 Implicações da deficiência auditiva na inclusão escolar

A linguagem é essencial para a educação do indivíduo, e não deve ser exclusivas quando se fala da educação. Existem varias implicações da linguagem, entre os quais, de ordem social, cultural e política que fazem parte da formação educacional do indivíduo. As questões relacionadas com a formação de identidade, os tipos de interacções sociais, as representações existentes e os papéis desempenhados pelos surdos dentro da sociedade estão presentes na sua formação dentro da escola e na própria discussão referente às línguas e nas línguas.

A linguagem é essencial ao ser humano para o estabelecimento de vários tipos de relações, para a expressão do pensamento e a constituição da subjectividade. Antes de referimos as tais implicações, é necessário esclarecer o conceito de língua, linguagem e implicações linguísticas. Lyons (1987) citado por Feitosa et al (2000) define linguagem como um sistema de comunicação natural ou artificial, humano ou não. Nesse sentido, linguagem é qualquer forma utilizada com algum tipo de intenção comunicativa incluindo a própria língua.

Para o autor, a língua e a linguagem podem ser compreendidos em dois diferentes níveis: o nível biológico, enquanto parte da faculdade da linguagem humana e, o nível social ao interferir na expressão humana final. No primeiro nível, discutem-se questões essenciais, como a aquisição da linguagem. Já no segundo nível, discutem-se aspectos relacionados com as representações discursivas e sociais permeadas por representações culturais. As implicações devem incluir esses dois níveis de linguagem.

A inclusão escolar do aluno surdo em sala de alunos ouvintes, surge como alternativa a não deixá-lo em casa. É uma situação que não permite ao aluno portador de deficiência auditiva acesso aos conhecimentos e dificultar na inclusão escolar.

Segundo Skliar (1990), aluno portador de deficiência auditiva inserido no espaço educacional de alunos ouvintes, sem os suportes adequados, comportar-se como um deles. Na maioria das vezes o aluno do portador de deficiência auditiva tem poucas oportunidades e dificuldades na inclusão escolar, para que isso aconteça é preciso que a escola ofereça a todos a uma educação de qualidade e que possa dar respostas as diferenças existentes. As implicações da deficiência auditiva na vida de uma pessoa, passam, do estado físico para o psicológico, tornando-se uma grande lacuna na comunicação entre o sujeito ouvinte e o sujeito portador de deficiência auditiva, e vice-versa. O sujeito portador de deficiência auditiva pode sentir-se dificuldade na interacção na sala de aula, levando a isolamento, solidão, perda de convívio social.

A questão da diferença dos portadores de deficiência auditiva, centraliza na temática da língua, entendendo-a como um dos elementos mais importantes na educação dos portadores

de deficiência auditiva. A linguagem permite ao homem estruturar seu pensamento, traduzir o que sente, registar o que conhece e comunicar-se com outros homens. Ela marca o ingresso do homem na cultura, construindo-o como sujeito capaz de produzir transformações nunca antes imaginadas Skliar (1990). Ao se falar de implicações linguísticas para os portadores de deficiência auditiva, está-se voltando para a questão das línguas, uma vez que a educação de surdos sempre envolveu o reconhecimento ou não da língua de sinais, a língua das pessoas surdas. Como a língua de sinais é uma das experiências visuais mais intimamente ligadas à identificação dos grupos surdos, sempre foi alvo de manifestação de tensão entre os grupos envolvidos, manifestando a delimitação de fronteiras.

As implicações linguísticas podem ser:

- a) A aquisição da linguagem;
- b) A língua enquanto meio e fim da interacção social, cultural, política e científica;
- c) A língua como parte da constituição do sujeito, a significação de si e o reconhecimento da própria imagem diante das relações sociais;
- d) A língua enquanto instrumento formal de ensino da língua nativa (ou seja, alfabetização, disciplinas de língua de sinais como parte do currículo da formação de pessoas surdas);

5. A Relação Escola-Família

Para Marques (2001), o primeiro passo para a interacção positiva entre a escola e a comunidade é, sem dúvida o conhecimento da comunidade por parte da escola e vice-versa, pois a família e a escola são dois elementos muito importantes na socialização do indivíduo na medida em que os dois influenciam directamente na educação do mesmo, contribuindo para a sua realização pessoal e concretização dos seus projectos ao longo da sua vida.

O papel das famílias tem sido limitado, porque muitas famílias desconhecem o seu papel na vida da escola. Neste sentido, é necessária uma intervenção da escola para que possa responder mais eficientemente as suas pretensões e melhorar a qualidade da sua gestão.

A presença de pais na escola pode ser muito interessante, no que se refere ao relacionamento entre pais e professores, porque muitas vezes, os pais não sabem o que fazer diante das situações que aparece na escola. Existem dúvidas e esclarecimento que cabe a escola pelo que deve ter uma equipa com condições de promover debates e orientar sobre os mais diversos assuntos de interesse a comunidade escolar.

É importante que as famílias se sintam integradas nas actividades que a escola promove. Alguns pais sabem o que acontece na escola, através daquilo que os filhos dizem. Mas para que exista uma boa relação entre ambas, é essencial que os filhos vejam seus pais a participarem e interessar-se pelo estudo do seu educando, conversar sobre seus trabalhos e sobre as pequenas coisas que aprendem na escola.

Ainda para o autor os pais desempenham os seus papéis participando nas actividades da escola, tais como, reuniões, apresentações de teatro, eventos desportivos ou participar como voluntario quando a escola solícita, responder aos apelos da escola participando activamente na gestão escolar, por iniciativa própria compartilhando experiencias, trocas de conhecimentos e diálogos permanente, uma maior intervenção nos projectos que a escola desenvolve e colaborando com os professores no âmbito do ensino aprendizagem do seu educando.

Efectivamente a importância da participação dos pais na vida escolar dos filhos tem um papel importante no desempenho escolar. O diálogo entre a família e a escola, tende a colaborar para um equilíbrio no desempenho escolar. O envolvimento dos pais com a escola deve favorecer a reflexão de diferentes aspectos pedagógicos e psicológicos dos seus filhos, com vista a melhorar, de modo efectivo, o seu desempenho escolar. A importância da participação activa da família com a escola, tem sido alvo de diversos estudos, tendo em conta factores como o comportamento dos alunos em sala de aula e os problemas de adaptação.

A família e a escola são pontos que apoiam ao educando, quando melhor for a parceria entre ambas, mais positivos e significativos serão os resultados da sua formação. O papel dos pais na escola deve ser permanente. É importante que os pais, professores compartilhem experiências, entendem e trabalhem as questões que os envolvem sem cair no julgamento ``culpado e inocente``, mas buscando compreender as nuances de cada situação.

Neste sentido, Diogo (1998), afirma que a família, é sem dúvida, um espaço educativo por excelência, é vulgarmente considerado o núcleo central do desenvolvimento moral, cognitivo e afectivo, no qual se “criam” e “educam” as crianças, ao proporcionar os contextos educativos indispensáveis para cimentar a tarefa de construção de uma experiência própria.

Conforme pode aferir, que segundo Carneiro (2001), os pais são cada vez mais confrontados com a necessidade de dialogar com a escola dos seus filhos.

É de suma importância, que os pais valorizam a tarefa do professor enquanto agente educativo responsáveis por seus filhos, acreditado nas suas qualidades humanas e técnicas, em vez de evidenciarem os aspectos negativos.

O conhecimento da família é indispensável para a eficácia do trabalho escolar, o conhecimento da família é essencial para o professor. A escola, através do serviço de intercâmbio com a comunidade, pode fazer visitas e colocar as informações a disposição dos professores.

A relação escola-família pressupõe a defesa da escola como comunidade educativa onde processo é fruto da interacção de todos os intervenientes relacionados com o mundo da infância e da juventude. Assim, a escola e a família são dois espaços predominantes no mundo do aluno.

Para Davies et al (1989), citado por Cosme (2002), essa participação traz benefícios para os pais, uma vez que, reconhece e valoriza o seu papel, aumenta os sentimentos de auto-estima, melhora o acesso às informações sobre os filhos no seu processo educativo. Por um lado, é

benéfico para os professores, porque facilita o seu trabalho, melhora a sua imagem em relação às famílias e por outro lado, é importante para a escola, visto que, esta conta mais apoios na realização das suas actividades. Segundo Silva (1993), citado por Cosme (2002), a participação dos pais encarregados da educação, facilita a integração escolar dos filhos, contribui para o aumento do rendimento escolar do aluno e aumenta as expectativas do professor em relação ao aluno.

Para que o desenvolvimento da personalidade dos alunos seja harmonioso, é necessário que o seu ambiente familiar se traduz numa atmosfera de crescente progressão educativa. Substancialmente o que a escola deve fazer é melhorar a posição da família na agenda escolar, ou seja, aproximar mais às famílias na organização escolar, é preciso buscar a participação da família na aprendizagem dos educandos, valorizar e orientar os pais no sentido de incentivar as boas relações com a escola e todos que fazem parte deste ambiente.

5.1 A Família como agente de prevenção e de identificação precoce da surdez

O ser humano percebe o mundo e a presença do seu semelhante por meio da visão, da audição, do olfacto, do paladar e do tacto. A perda de um ou mais deles não diminui, por si, a potencialidade da pessoa. Essa perda, entretanto, não representa um obstáculo intransponível para que ela se relacione de forma construtiva consigo mesma, e com o mundo do qual faz parte, construindo para si, por seus próprios meios, a felicidade possível. Os sentidos constituem os intermediários principais entre as necessidades internas do indivíduo e o ambiente e, qualquer privação sensorial repercute sobre o seu equilíbrio.

Myklebust (1975) citado por Giuseppe et al (1997) diz que a organização e a estruturação psicológica da criança surda difere daquela apresentada pela criança ouvinte, pela privação do sentido que opera à distância (audição), o que obriga o organismo a fazer trocas, forçando-o a integrar sua experiência de modo diferente. A perda auditiva não conduz, inevitavelmente, às dificuldades sociais e de personalidade, pode criar um ambiente em que tais dificuldades

aparecem. A deficiência auditiva, excepto em alguns casos, afecta a comunicação, que representa a base para a interacção social.

5.2 Papel da família na inclusão de alunos com surdez

Na visão de Lopes et al (S/D, o aluno da Educação Especial é tão especial quanto qualquer pessoa. A família é a principal responsável pelas acções do seu filho com necessidades especiais. É ela que lhe oferece a primeira formação. A participação da família é de suma importância no movimento da inclusão, seja de forma individualizada ou por meio de suas organizações, é fundamental a sua participação, para que a continuidade histórica da luta por sociedades mais justas para seus filhos seja garantida. É imprescindíveis que, busquem conhecer para participar, dando o exemplo de cidadania, e servir, como um veículo por meio do qual seus filhos possam aprender para a ser.

O papel da família tem sido cada vez mais ressaltado, no sentido de ser parceira vital no processo de integração (social, escolar) do portador de deficiência. Os pais são os principais associados no tocante às necessidades educativas especiais de seus filhos, e a eles deveria competir, na medida do possível, a escolha do tipo de educação que desejam seja dada a seus filhos (Declaração de Salamanca 1994). E deve haver uma relação de cooperação e apoio entre administradores das escolas, professores e pais, fazendo com que estes últimos participem na tomada de decisões, em actividades educativas do seu filho.

Para Correia (2008), a família constitui o alicerce da sociedade, ela é um dos principais agentes no desenvolvimento da criança e, apesar da existência de debate em torno do papel actual da família e da sua composição, ela permanece como o elemento-chave na vida e desenvolvimento da criança. Neste sentido, a escola deverá sempre considerar a família nas decisões mais importantes respeitantes á criança, seja crianças normais, seja crianças com NEE.

Ao nascer uma criança deficiente, a família poderá sofrer alteração no desempenho de papéis, aprender a conviver com uma criança que muitas vezes não foi desejada, estabelecendo uma

relação por vezes muito difícil. O papel da família tem sido cada vez mais ressaltado, no sentido de ser parceira vital no processo de integração (social, escolar) do portador de deficiência.

De acordo com Sasaki (1997), o envolvimento da família nas práticas inclusivas da escola ocorre quando:

- Existe entre a escola e a família, um sistema de comunicação;
- Os pais participam nas reuniões da equipe escolar para planejar, adaptar o currículo e compartilhar sucessos;
- As famílias são reconhecidas pela escola como parceiros plenos junto à equipa escolar;
- Os pais recebem todas as informações relevantes (os direitos dos pais, práticas educativas actuais, planeamento centrado na pessoa, notícias da escola, etc.);
- Os pais são incluídos no treinamento com a equipe escolar;
- Os pais recebem informações sobre os serviços de apoio à família;
- Existem à disposição de membros das famílias serviços de apoio na própria escola (aconselhamento e grupos de apoio, informações sobre deficiências, etc.);
- Os pais são estimulados a participarem em todos os aspectos da escola;
- A escola reconhece o impacto desses sobre as práticas inclusivas.

5.3 O Papel da Família no Início da Escolarização¹

Uma das maiores preocupações dos pais de crianças portadores de deficiência auditiva é a sua saída de casa para a escola, pois a lei é bastante clara ao afirmar que toda criança tem direito à educação, e muitos pais não se consciencializam desta temática e tentam proteger os filhos dando a super protecção. Muitos pais escondem seus filhos em casa, por vergonha ou

¹ Em linha, http://www.ines.gov.br/ines_livros/9/9_002.HTM, pesquisado em 08 de Abril, de 2009

desespero, eles desconhecem as instituições especializadas ou não, públicas e particulares que podem atender a crianças especiais Giuseppe et al (1997).

Neste sentido compete aos pais possibilitar à criança portadores de deficiência auditiva:

Segurança:

A aceitação da criança pelos pais e familiares e a crença nas suas potencialidades fazem com que, se sinta segura e adquira maior confiança em si mesma e se aceite melhor, procurando auto-suficiência e emancipação, mesmo quando estiver na escola, longe de casa.

Comunicação:

Desde o nascimento, os pais devem estabelecer comunicação com seu filho surdo, como o fazem com os demais filhos ouvintes, sem se deixar bloquear pela surdez. Os pais devem conversar com ele a respeito do que está acontecendo e do que vai acontecer, cuidando porém, para que a criança fique atenta a quem está conversando com ela. Portanto, a família é um elemento facilitador do processo de desenvolvimento da comunicação do surdo.

Desenvolvimento Psicossocial:

Os pais, ajudados também pelos professores, devem educar a criança para que tenha um comportamento socialmente adequado, incluindo noções de higiene, de moral e de religião. Cabe aos pais proporcionar ao filho oportunidades de se desenvolver socialmente ao se relacionar com eles, com os familiares, com os professores e com outras crianças e adultos, para que a criança aprenda a participar de todas as actividades, adquirindo responsabilidade e equilíbrio emocional.

Integração

As crianças portadores de deficiência auditiva têm direito a participar da vida familiar, de uma escola comum e da comunidade, mesmo que em cada um desses momentos mereçam uma atenção diferenciada às suas necessidades especiais. A Integração depende, dentre outros factores, de uma comunidade que esteja preparada para conviver e aceitar aqueles que são diferentes. A integração é um processo dinâmico que possibilita ao portador de deficiência interagir, conviver e comunicar-se com outras pessoas. Essa integração pressupõe atitudes de cooperação e reciprocidade e evolui de acordo com as tendências internacionais e nacionais. Este processo ocorre nos seguintes contextos relacionais:

Na família

Os pais e demais membros da família incluem as crianças, portadores de deficiência auditiva ou não, nas actividades quotidianas do lar desde o seu nascimento. Nessas actividades, a família trata a criança portadora de deficiência auditiva de forma natural, contando histórias, comentando factos, corrigindo erros, etc.

Na Escola

Os pais encontram na comunidade escolar o apoio de que necessitam para continuar o trabalho de integração. Nesta fase, os colegas devem ser orientados quanto à importância da língua de sinais com o objectivo de uma interacção mais efectiva com a criança surda. Se a criança inicia sua educação por meio do Programa de Estimulação Precoce, os pais tomam desde cedo, consciência da importância de seu papel como principais agentes de integração e como elementos, indispensáveis, de ligação entre sua criança e a comunidade escolar. Os profissionais que actuam nesse programa de estimulação precoce oferecem aos pais apoio e encorajamento necessários, orientando-os sobre as actividades a serem desenvolvidas em casa, para continuar, no lar, a desenvolver o programa curricular demonstrado na escola.

Durante a pré-escola e a alfabetização, pais e profissionais da educação propiciam a integração, mesmo que parcial, da criança surda, ao viabilizar momentos de interacção conjunta com seus colegas ouvintes e demais membros da comunidade escolar.

No que se refere à inserção de um surdo em classe comum do ensino regular, pais e professores devem participar de uma escola inclusiva ou integradora. A escola procura desenvolver uma pedagogia centrada na criança, surda ou não, respeitando as diferenças de todos os seres humanos. A proposta de escola inclusiva ou integradora é não só dispensar uma educação de qualidade para todos, como também mudar atitudes de discriminação da sociedade no que se refere às pessoas portadoras de necessidades especiais.

No Trabalho

Ao desenvolver acções de esclarecimento às empresas, sobre as reais capacidades do portador de deficiência auditiva, e ao implantar serviços de apoio ao portador de deficiência auditiva para conscientizá-lo sobre seus direitos e deveres trabalhistas, a escola e os pais estarão contribuindo, não somente para a integração do surdo ao mundo do trabalho, como, ainda, para sua realização pessoal. A integração ao mundo do trabalho conclui o processo de integração social, uma vez que possibilita ao surdo exercer plenamente sua cidadania, tornando-o membro útil da sociedade da qual faz parte.

Na Sociedade

A integração social do surdo é o resultado de todo o processo que teve início com a estimulação precoce.

Se os pais e profissionais da educação possibilitarem condições para o portador de deficiência auditiva ter acesso ao sistema educacional, se assegurarem seu direito a uma actividade produtiva, como qualquer cidadão, estarão contribuindo para sua verdadeira integração no contexto social.

O processo de integração social é contínuo e torna-se mensurável à medida que o surdo tem consciência do seu papel de cidadão com pleno direito à escolha de vida pública e privada.

6. A Educação de pessoas com deficiência em Cabo Verde

6.1 População portadora de deficiência

As informações disponibilizadas pelo Instituto Nacional de Estatísticas (censo 2000) indicam que 3,2% da população do país são pessoas com deficiência, equivalendo a 13.948 pessoas.

Relativamente ao tipo de deficiência observam-se três categorias, a saber:

- a) Motora: que abrange 52% da população com deficiência representando as paralisias cerebral, total e dos membros ou dos lados);
- b) Múltipla: representada por 7% (combinação de duas ou mais deficiências);
- c) Outras: representada por 41%, sendo esta uma categoria que inclui a cegueira, a surdez e a mudez parciais ou totais.

É de se notar que 81% das pessoas com deficiência têm 15 anos e mais quanto ao nível de instrução se indica que:

- a) 1% possuía, o nível pré-escolar;
- b) 40% o Ensino Básico Integrado;
- c) 7% o secundário;
- d) 5% a alfabetização;
- e) 1% os cursos médio/superior;
- f) 46% não possuía nenhum nível de instrução.

Os aspectos acima indicados, mostram o quanto o acesso das pessoas com deficiência à educação tem sido ainda condicionado e o quanto é necessário reflectir sobre acções e estratégias que possam permitir, de facto, o desenvolvimento da Educação Inclusiva no país.

Constituição da República

A Constituição da república de Cabo Verde no seu Artigo 75º Direito dos portadores de deficiência declara:

Direitos dos portadores de deficiência

1. Os portadores de deficiência têm direito a especial protecção da família, da sociedade e dos poderes públicos.

2. Para efeitos do número anterior, incumbe aos poderes públicos, designadamente:

- a) Promover a prevenção da deficiência, o tratamento, a reabilitação e a reintegração dos portadores de deficiência, bem como as condições económicas, sociais e culturais que facilitem a sua participação na vida activa;
- b) Sensibilizar a sociedade quanto aos deveres de respeito e de solidariedade para com os portadores de deficiência, fomentando e apoiando as respectivas organizações de solidariedade;
- c) Garantir aos portadores de deficiência prioridade no atendimento nos serviços públicos e a eliminação de barreiras arquitectónicas e outras no acesso a instalações públicas e a equipamentos sociais;
- a) Organizar, fomentar e apoiar a integração dos portadores de deficiência no ensino e na formação técnico-profissional.

Lei de Bases do Sistema Educativo

A Lei de Base do Sistema Educativo Cabo-verdiano tem como objectivo principal estabelecer princípios da Educação Especial em Cabo Verde através do artigo 44º que decreta:

1. As crianças e jovens portadores de deficiências físicas ou mentais beneficiarão de cuidados educativos adequados cabendo ao Estado a responsabilidade de assegurar gradualmente os meios, educativos necessários e a de apoiar iniciativas autárquicas e particulares conducentes ao mesmo fim, visando permitir a sua recuperação e integração sócio-educativa.

2. No âmbito do disposto no número anterior, à educação especial cabe essencialmente:

- a) Proporcionar uma educação adequada às crianças e jovens deficientes com dificuldades de enquadramento social;
- b) Possibilitar o máximo desenvolvimento das capacidades físicas e intelectuais dos deficientes;
- c) Apoiar e esclarecer as famílias nas tarefas que lhes cabem relativamente aos deficientes, permitindo a estes uma mais fácil inserção no meio sócio – familiar;
- d) Apoiar o deficiente com a vista à salvaguarda do equilíbrio emocional;
- e) Reduzir as limitações que são determinadas pela deficiência;
- f) Preparar o deficiente para a sua integração na vida activa.

No seu artigo 45º vem especificando como deve ser feita a educação dos alunos com deficiência, através dos seguintes procedimentos:

1. A educação especial organiza-se segundo métodos específicos de atendimento adaptados às características de cada grupo.
2. A educação especial destinada a deficientes poderá ser desenvolvida em instituições específicas desde que o grau de deficiência o justifique.
3. A educação especial poderá desenvolver-se, para efeitos do cumprimento da escolaridade básica, de acordo com currículos, programas e regime de avaliação adaptados às características do educando.
4. A integração em classes regulares de crianças e de jovens portadores de deficiências será promovida sempre que daí resultem vantagens para a sua educação e formação, tendo em conta as necessidades de atendimento específico e apoio dos professores, pais ou encarregados de educação.
5. O Ministério da Educação providenciará em coordenação com outros sectores estatais a criação de oficinas adequadas, onde os jovens deficientes possam prosseguir a sua integração

social e profissional após a escolaridade ou em sistema de aprendizagem, em regime de estudos alternados. (LBSE 1999).

Plano estratégico de Educação

O plano estratégico de educação veio reforçar as medidas políticas traçadas no plano nacional de educação para todos na medida em que perspectiva:

- 1- A integração nos programas de formação inicial e continua dos professores do EBI, temáticas ligadas aos ensino especial e à educação de adultos, Plano estratégico de educação (2002).
- 2- Adaptação de algumas escolas existentes e das novas escolas às crianças com NEE.
- 3- Reforço das equipas concelhias aos alunos deficientes e com dificuldades de aprendizagem.

Capítulo 2: Fundamentação metodológica

2.1 Metodologia

Estudar a problemática do envolvimento das famílias na inclusão de alunos portadores de deficiência auditiva, implica uma análise complexa da diversidade dos factores sociais, familiares, culturais e escolares relacionadas com este processo. Assim, para realizar este trabalho, centramos na escola Eugénio Tavares, para conhecer a importância do papel da família na inclusão de alunos portadores de deficiência auditiva e os constrangimentos verificados neste processo.

A nossa estratégia metodológica focalizou-se na abordagem qualitativa, onde, recorreremos às técnicas de questionário semi-aberto, entrevistas e análise de documentos, sendo os informadores, os professores e os pais encarregados da educação dos alunos.

Para o tratamento dos dados, recorreremos ao suporte informático *SPSS (Statistical Package for the Social Sciences)* versão *15.0 for Windows*. Os sujeitos que constituem a amostra são, 15 pais e encarregados da educação dos alunos portadores de deficiência auditiva que corresponde a 78% da nossa amostra.

2.2 Tamanho e Selecção da Amostra

A parte empírica do nosso trabalho foi desenvolvida, através de aplicação de um inquérito por questionário dirigido aos pais encarregados da educação e entrevista com as professoras. O universo desta pesquisa compreende uma amostra de 19 pais e encarregados de educação, residente na Cidade da Praia e no interior da ilha de Santiago. A escola Eugénio Tavares constitui o nosso objecto de estudo. Conta com duas professoras da referida escola.

A partir deste entendimento e visando uma análise abrangente do papel das famílias na inclusão de alunos portadores de deficiência auditiva, optamos por seleccionar 15 pais e encarregados da educação dos alunos portadores de deficiência auditiva na escola em estudo, que corresponde a 78% da amostra. Tendo em conta a disponibilidade do espaço e tempo, foram seleccionadas os pais e encarregados da educação residente na cidade da Praia.

2.3 Instrumentos de recolha de dados

A recolha dos dados processou-se mediante a combinação de duas técnicas: o questionário e a entrevista.

No que se refere ao questionário, optámos por um questionário semiaberto, construído com base nos objectivos preconizados, e visando conhecer o papel das famílias na inclusão de alunos portadores de deficiência auditiva. A entrevista foi realizada com as professoras que trabalham com alunos portadores NEE em coerência com os objectivos preestabelecidos, visando compreender a percepção dos professores neste processo.

2.4 Análise e interpretação dos dados

Num primeiro momento, os dados foram analisados quantitativamente, e num segundo momento, utilizou-se análise qualitativa, por meio de interpretação dos resultados. Para análise dos dados foram combinadas abordagem qualitativa com a quantitativa.

A abordagem quantitativa foi operacionalizada na fase de tratamento de dados através da aplicação do questionário com base de dados constituída no pacote estatístico SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*) versão 15.0 for Windows. E a abordagem qualitativa foi operacionalizada no momento da análise e interpretação dos dados recolhidos através das entrevistas.

2.5 Procedimentos

Primeiramente foram realizados os contactos com as direcções de escola básica Eugénio Tavares e a Associação de Apoio ao Desenvolvimento e Integração da Criança Deficiente (AADICD), para poder contactar os pais e encarregados da educação.

As famílias foram localizadas através da associação de apoio ao desenvolvimento e integração da criança deficiente (AADICD).

Após a autorização dos pais e encarregados da educação, foram aplicados os questionários, onde foram explicados os objectivos do trabalho. Devido à incompatibilidade do horário de trabalho, realizamos o nosso questionário porta a porta, dirigidos aos pais e encarregados da educação, o qual foi respondido individualmente na presença da pesquisadora. Primeiramente conversamos com os pais, explicando o objectivo do nosso trabalho, e de seguida avançou-se com a aplicação do questionário.

As entrevistas com as professoras foram realizadas na escola básica Eugénio Tavares. Foram realizadas durante o recreio na sala de aula onde leccionam, em total dois dias.

Capítulo 3: Análise e discussão dos dados

3.1 Caracterização da escola do EBI “Eugénio Tavares”

A escola do EBI Eugénio Tavares localiza-se na cidade da Praia, mais propriamente na zona de Achada de Santo António.

De acordo com depoimentos da gestora da referida escola, antes a mesma chamava se escola “Amílcar Cabral”, e que há algum tempo atrás passou a chamar-se escola Eugénio Tavares. O dia da referida escola é comemorado no dia 5 de Novembro.

A escola promove diversas actividades com o intuito de divulgar a vida e obra deste ilustre poeta, autor e compositor cabo-verdiano por ocasião do dia 5 de Novembro.

Caracterização do pessoal

A escola Eugénio Tavares tem na sua equipa 46 membros distribuídos da seguinte forma: 31 Professores, 4 pessoal afecto a direcção, 2 guardas, 3 ajudantes de serviços gerais, 5

cozinheiras, 1 coordenador pedagógico, tem 1 docente em formação no IP e os outros são todos formados.

Existe uma secretaria a qual estão afectos uma gestora e 3 professores, que prestam serviços administrativos tais como: Passar declarações, fazer cobranças de emolumentos, organizar o arquivo da escola entre outras tarefas a que estão designadas.

A escola tem um orçamento baseado em apoios recebidos de alguns parceiros, contribuição de pais e encarregados de educação “pagamento de caixa escolar”, venda de materiais escolares, aluguer de algumas salas destinadas a aulas de karaté e outras actividades.

A escola possui 863 alunos, distribuídos em 28 turmas simples, sendo 4 turmas do 1º ano, 5 turmas do 2º ano, 4 de 3º ano, 4 do 4º ano, 5 do 5º ano e 6 do 6º ano. A escola conta com duas salas de aulas com alunos portadores de deficiência auditiva com um auxiliar da AADICD para apoiar as professoras que trabalham com alunos com alunos portadores de deficiência auditiva. A escola trabalha em parceria com associação de apoio ao desenvolvimento e integração da criança deficiente, (AADICD), onde apoia crianças portadoras de deficiência auditiva na referida escola. E neste sentido passamos a caracterizar a AADICD, que é uma associação de apoio ao desenvolvimento e integração da criança deficiente, AADICD. É uma ONG dotada de personalidade jurídica reconhecida oficialmente desde Novembro de 1996 através do despacho público no boletim oficial no 43/96 de 16 de Dezembro de 1996.

Por natureza tem autonomia administrativa, financeira e patrimonial, estando vocacionada para a solidariedade social. Tem abrangência nacional com sede localizada na cidade da praia. Desde a sua criação a AADICD tem desenvolvido a sua acção com criança e jovens abrangendo todo o tipo de deficiência e na realidade tem um número maior de criança portadora de deficiências auditivas, onde 21 desses estão na escola regular Eugénio Tavares.

AADICD é uma associação de apoio que tem como objectivo principal, conforme os seus estatutos, a defesa e a promoção dos interesses sociais, culturais, económicos, morais e educacionais da criança deficiente em idade precoce, pré-escolar e escolar (neste caso

crianças portadoras de deficiência auditiva), no sentido de em articulação com os outros sectores da Rede Social, se conseguir uma verdadeira integração participativa do portador de deficiência em Cabo Verde. Um outro objectivo é fomentar a preparação para o emprego e ás oportunidades de lazer de maneira que a criança e o jovem portador de deficiência atinjam a mais completa integração social possível. Ela visa também a sensibilização da população em relação aos preconceitos para com as pessoas portadoras de deficiência. Sensibilizam também a população e os responsáveis em geral, em relação aos preconceitos para com os portadores de deficiência, através de campanhas e acções de solidariedade.

A estrutura da AADICD, é constituído por:

I - Conselho Directivo: Presidente, Vice-presidente, Primeiro Vogal, Segundo Vogal, Terceiro Vogal e Suplentes.

II - Conselho Fiscal: Presidente, Primeiro Vogal, Segundo Vogal e Suplente.

III - Mesa da Assembleia Geral: Presidente, Vice-Presidente, Primeiro Secretario e Segundo Secretário.

3.2 Análise e discussão dos dados recolhidos

3.2.1 A percepção das professoras sobre o papel da família na inclusão de alunos portadores de deficiência auditiva

Dos dados recolhidos através da entrevista às professoras concluímos, que ambas possuem formação do Instituto Pedagógico (IP). Todavia não são especialistas em matéria de NEE.

Da mesma forma, averiguamos que, uma das professoras já tinha trabalhado com alunos com NEE numa sala regular e a outra não. A professora que trabalhou com alunos com NEE, afirma ter enfrentado algumas dificuldades no processo ensino-aprendizagem, assim como em interagir com os estes alunos. Segundo a mesma, a pouca experiência da linguagem gestual, a turma sobrelotada são alguns dos factores que dificultam o seu melhor desempenho.

Nesta linha de reflexão, de acordo com as entrevistadas, há a necessidade de promover formação nesta área pois existe um défice a nível de formação dos professores no âmbito das NEE, e formação de professores permite compreender as aprendizagens da criança na sala de aula, diagnosticar as suas confusões, identificar as zonas de desenvolvimento, e compreender o seu próprio impacto na cognição dos alunos.

No que se refere às dificuldades enfrentadas com NEE, as entrevistadas afirmam que têm falta de formação no domínio das NEE (na língua gestual) e a inexperiência ao lidarem com essa problemática, a surdez. Da análise feita à realidade das práticas inclusivas nas escolas ficou patente que muito terá que ser feito. Se quisermos superar os problemas existentes, há que proporcionar cada vez mais a formação dos professores nesta área, bem como seminários complementares durante o ano lectivo.

No que tange às dificuldades enfrentadas, as entrevistadas anunciaram:

- 1- Comunicação/ interacção professor aluno;
- 2- Metodologias e estratégias de ensino-aprendizagem.

Quanto aos mecanismos adoptados para superarem essas dificuldades apontaram:

- 1- Pesquisa na internet e bibliografia;
- 2- Formação contínua dos professores.

Relativamente ao conceito de inclusão apenas uma das entrevistadas revelou ter conhecimento sobre este conceito. De acordo com a inquirida *“a inclusão é definida como, condições que a escola proporciona para dar resposta aos alunos, independentemente, das deficiências, ou seja, processo através do qual a escola tenta dar resposta a todos os alunos enquanto indivíduos. Oportunidades de estarem juntos para aprender, adaptando-se aos vários estilos e ritmos de aprendizagem, de modo a garantir um bom nível de educação para todos”*.

O conceito apresentado pela professora, porque vai ao encontro da definição da declaração de

Salamanca segundo a qual o princípio fundamental das escolas inclusivas consiste em que todos os alunos devem aprender juntos, independentemente, das dificuldades e das diferenças que apresentem. Portanto, é preciso, um conjunto de apoios e serviços para satisfazer o conjunto de necessidades especiais dentro da escola. A outra limitou-se a afirmar que não sabe definir o conceito de inclusão e que precisava de pesquisar.

De acordo com as entrevistadas, há uma fraca, colaboração/integração das famílias no processo de inclusão desses alunos, isto porque, a maioria dos pais aparecem na escola somente quando são chamados, ou raras vezes por reuniões. Nesta linha concordamos com Lopes et al (SD), ao afirmar que a participação da família é de suma importância no movimento da inclusão, seja de forma individualizada ou por meio de suas organizações, é fundamental a sua participação, para que a continuidade histórica da luta por sociedades mais justas para seus filhos seja garantida. É imprescindíveis que, busquem conhecer para participar, dando o exemplo de cidadania, e servir, como um veículo por meio do qual seus filhos possam aprender para a ser, Lopes et al (S/D).

Quanto à colaboração dos pais na realização dos trabalhos de casa (TPC), segundo as mesmas, os pais têm mostrado total interesse em ajudá-los, para uma melhoria no processo ensino-aprendizagem, o que significa, dizer que tem bom apoio académico no seio familiar, apesar de muitos não saberem ler.

No que se refere ao que a escola espera dos pais, as professoras opinam que devem visitar os filhos na escola, acompanhar no trabalho de casa, nas actividades desenvolvidas pela escola, e sobretudo no processo de desenvolvimento dos filhos, na comunicação estabelecida com a escola, porque o que está em jogo é a própria educação do filho. As mesmas opinaram, que para melhorar a participação dos pais, promovem somente reuniões, mas, o que deixa transparecer que há uma falta de estratégias para aproximar os pais da escola. Neste sentido recorremos a Wang, et al (1993), citado por Pinto (2000:95), quando afirma que:

devido à importância do ambiente familiar na aprendizagem escolar, os professores devem também desenvolver estratégias para aumentar a participação dos pais na vida escolar dos filhos. Isto significa que os professores deverão no início do ano fazer reuniões com os pais dos alunos e trabalhar com estes para ver se a aprendizagem é

valorizada em casa. Os professores deverão encorajar os pais a envolverem-se diariamente nas tarefas escolares dos filhos, ajudando-os nos trabalhos de casa, controlando o tempo que passam a ver televisão, lendo histórias para os seus filhos mais novos e expressando simplesmente a expectativa de que os filhos irão ter sucesso na escola.

De acordo com as inquiridas, alguns pais têm consciência do seu papel na escola, mas, devido à irresponsabilidade de alguns, tem-se verificado uma fraca participação dos pais em assumir o seu compromisso na educação dos filhos. A família constitui o alicerce da sociedade e assim, é um dos principais contextos no desenvolvimento da criança e, apesar da existência de debate em torno do papel actual da família e da sua composição, ela permanece como o elemento-chave na vida e desenvolvimento da criança. Neste sentido, acreditamos que a escola deve fazer com que haja a participação das famílias nos órgãos da escola, e incentivar para criação de associações dos pais e encarregado de educação.

Quanto aos obstáculos da participação dos pais nas actividades da escola, as entrevistadas indicam a incompatibilidade do horário, distância, falta de interesse/motivação. Para reforçar o nosso estudo, recorremos a Marques (2001) quando afirma, que a escola pode ultrapassar os obstáculos à colaboração se começar a encarar os pais como parceiros que são os primeiros responsáveis pela educação dos filhos. Quando os pais colaboram com a escola, os professores beneficiam, porque essa colaboração tem um impacto positivo na aprendizagem dos alunos.

Quanto ao benefício que pode tirar dos pais, as professoras declaram que a participação nas actividades escolares contribui para o sucesso académico dos filhos. Segundo as mesmas, quanto mais os pais se envolvem nas actividades escolares, melhor é a relação escola-família. É, neste sentido que concordamos com Marques (2001), quando afirma que o envolvimento parental traz, benefícios aos professores, que, regra geral, sentem que o seu trabalho é apreciado pelos pais e se esforçam para que o grau de satisfação dos pais seja grande. A escola também ganha porque passa a dispor de mais recursos comunitários para desempenhar as suas funções, nomeadamente com o contributo dos pais na realização de actividades de complemento curricular.

Quanto à importância da participação dos pais na educação dos filhos portadores de

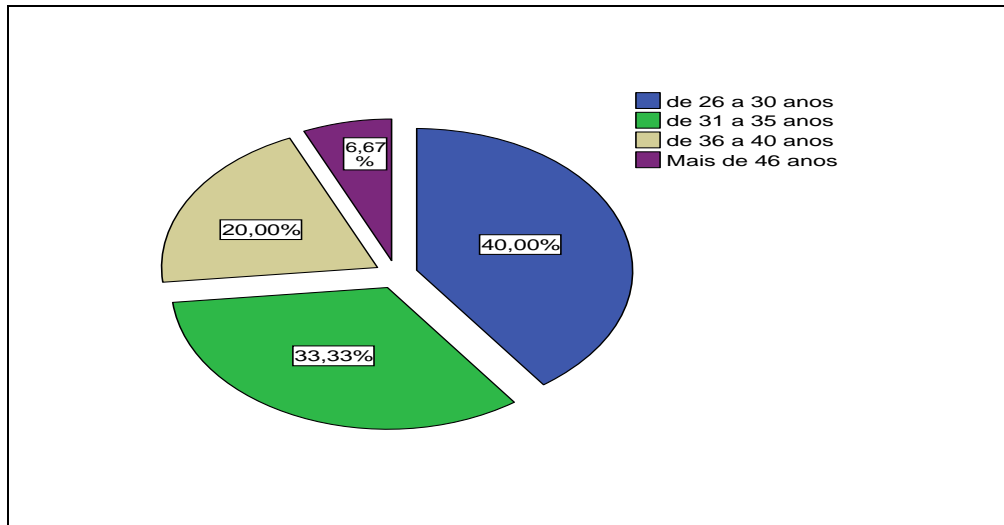
deficiência auditiva, as professoras afirmam que as famílias são indispensáveis na educação dos filhos, orientando os filhos para uma educação de qualidade e, que a boa educação provém do meio familiar. A família é o núcleo central e fundamental no desenvolvimento do filho, mesmo porque, a actuação da família é imprescindível, no sentido de auxiliar a criança para que ela possa formular seu autoconceito. A participação dos pais assim como de toda a família é crucial para a aprendizagem e desenvolvimento dos filhos portadores de deficiência auditiva.

Como proposta para incrementar uma maior participação dos pais e encarregados da educação no processo de inclusão dos filhos, assim como nas actividades da escola as entrevistadas pedem às famílias e pais e encarregados da educação para consciencializarem da importância do seu papel na educação e inclusão dos filhos; apoiá-los na superação das dificuldades; apoiá-los durante a realização de actividades educativas, adquirir conhecimentos/saberes para lidarem com os filhos.

3. 2.2 Percepção dos Pais e Encarregado da Educação sobre o papel que desempenham na inclusão dos filhos portadores de deficiência auditiva

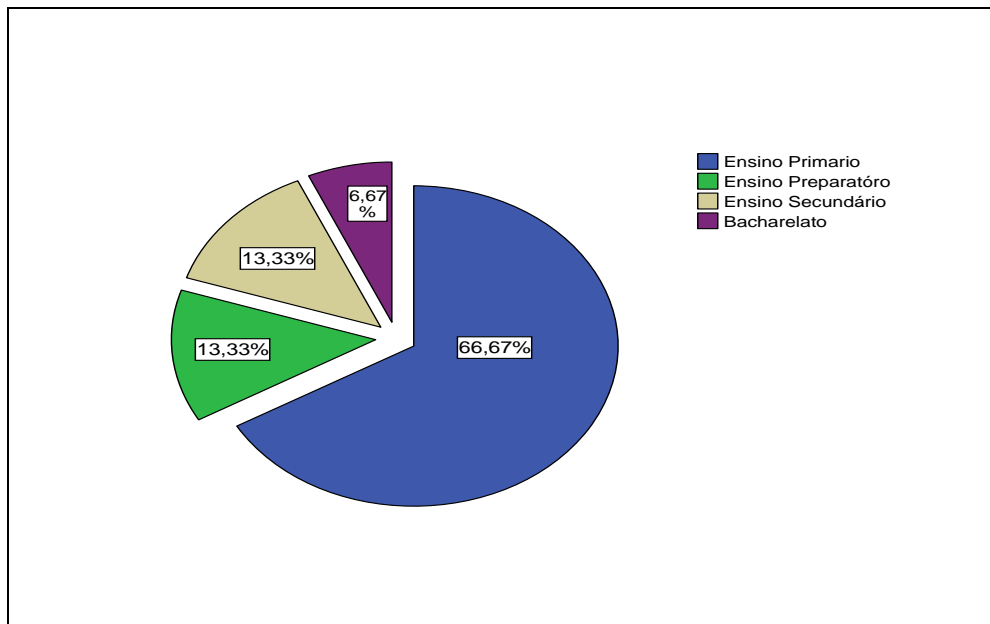
Neste ponto, apresentaremos as informações recolhidas dos encarregados da educação sobre a compreensão sobre o papel que desempenham na inclusão dos filhos portadores de deficiência auditiva. De seguida passaremos a apresentar:

Gráfico 1 - Idade



De acordo com dados do gráfico podemos concluir que a maior parte das inquiridas tem idade compreendida entre 26 a 30 anos. Esses dados indicam que existe uma população jovem em condições de adquirir mecanismos de intervenção capazes de proporcionar um ambiente favorável ao desenvolvimento cognitivo dessas crianças.

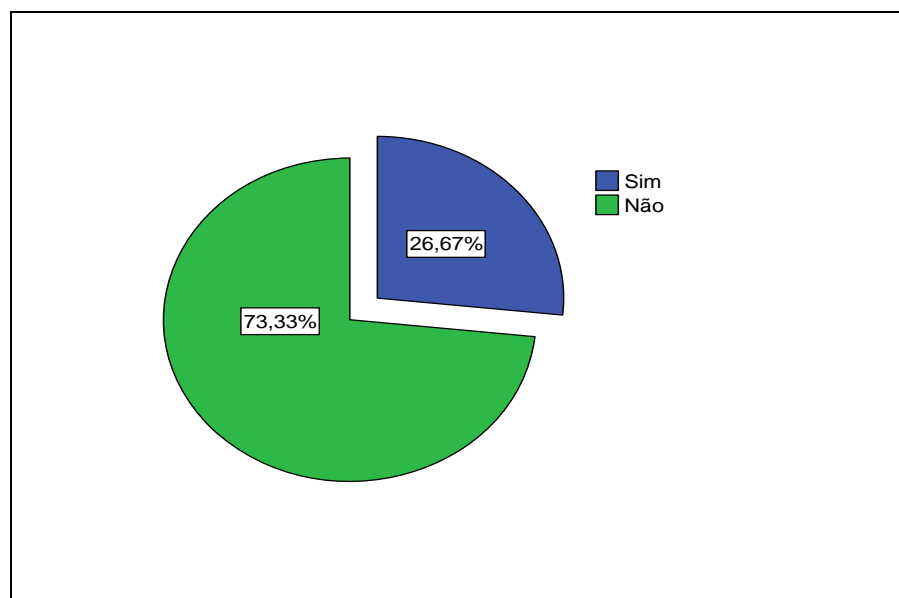
Gráfico 2 – Habilitações literárias



Os dados apontam que a maior parte das mães inquiridas (66,7%) são titulares do ensino primário. O que poderá influenciar significativamente no acompanhamento dos filhos portadores de NEE. Da mesma forma, podemos asseverar que o baixo grau académico poderá influenciar na forma de tratamento e orientação dos filhos em casa.

Também constatamos, que quinze (15) inquiridas apenas 4 mães tem noção de inclusão escolar, o que corresponde a 26,7 % do total das mães. Deste modo, testamos que as mães que têm a noção da inclusão, são as que tem um nível académico mais elevado.

Gráfico 3 – Conceito de Inclusão escolar



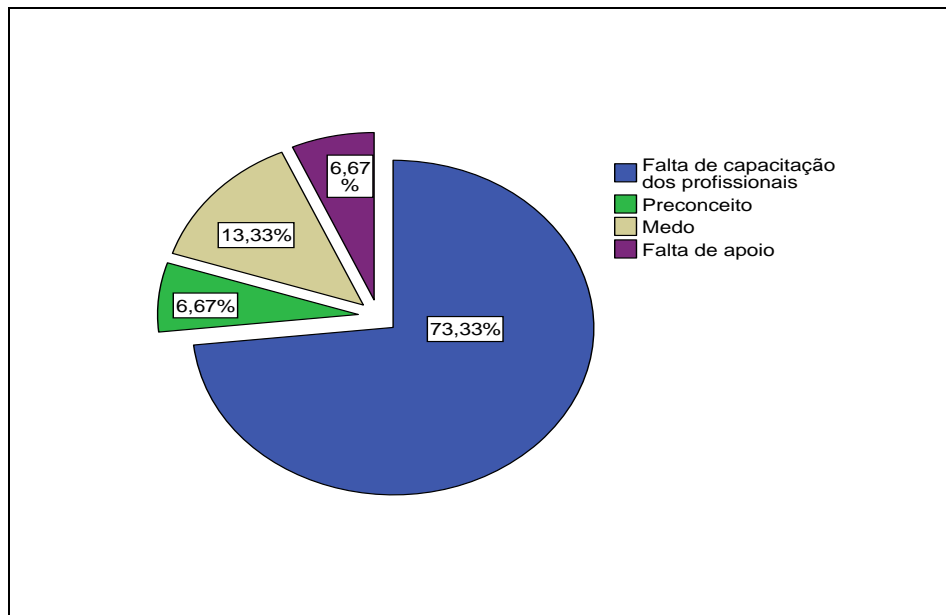
Da interpretação feita dos resultados a maioria não tem conhecimento do conceito de inclusão, os que conhecem afirmam que a inclusão: é a aceitação das diferenças; colocar no lugar do outro; oportunidade de estar junta independente das diferenças; conviver com os outros no mesmo espaço.

A verdadeira inclusão vai mais além da presença física e requer uma série de condições básicas, que precisamos mobilizar, como: a presença de especialistas nesta matéria, mudanças

metodológicas, organizativas e novas estratégias de ensino-aprendizagem, a implicação das famílias e um trabalho interdisciplinar por parte de todos os profissionais. A questão da inclusão não pode ser confundida com a presença física do aluno na sala de aula.

Na perspectiva de Santos (2001), muitos entendem que a inclusão é simplesmente a prática de colocar pessoas portadoras de deficiência juntamente com outros não portadores de deficiência. Para ele vale ressaltar que o princípio de educação inclusiva é que todos os alunos aprendem juntas independentemente das suas dificuldades ou diferenças. Na visão de Mendes (2002), as escolas devem reconhecer e responder as diversas necessidades dos alunos, acomodando tanto estilo como ritmos de aprendizagem.

Gráfico 4 – dificuldades encontradas no processo escolar do filho



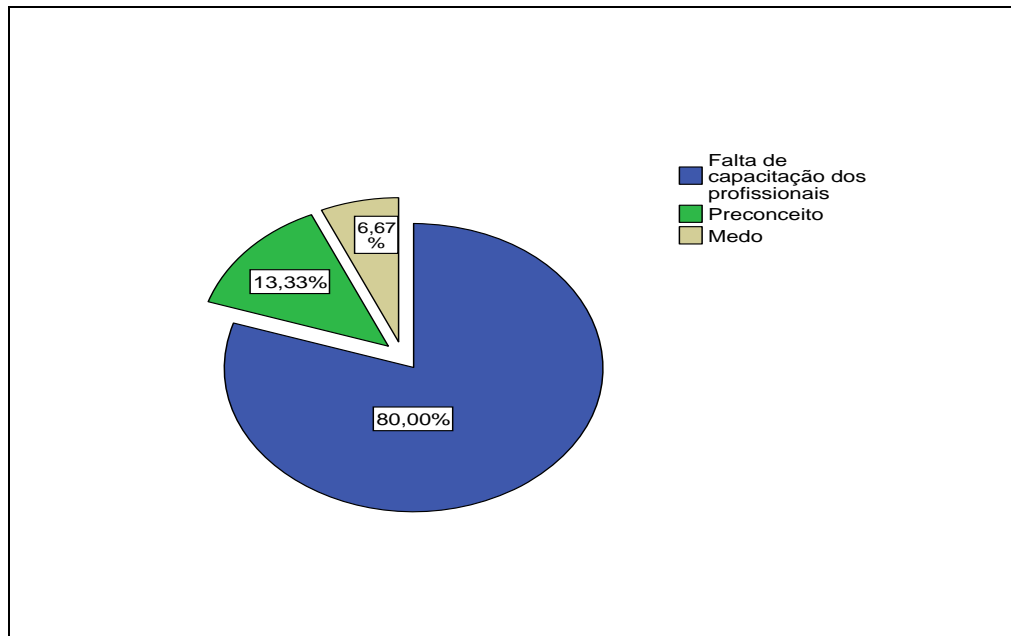
De acordo com os dados do gráfico podemos concluir que a falta de capacitação dos profissionais tem sido a principal dificuldade enfrentada pelas mães na colocação dos seus filhos na escola. Assim torna importante maior aposta na formação dos professores, com vista a desempenharem melhor as suas funções e contribuir para o sucesso escolar de todos.

Nesta linha consideramos importante a formação de professores, uma vez que, o professor

constitui um dos elementos central do processo ensino-aprendizagem, por isso, tem de possuir ideias gerais sobre as necessidades dos alunos. Ao longo do nosso estudo constatamos que a formação do professor deve ter grande ênfase ao factor da diversidade, tanto na formação académica de recursos pedagógicos disponíveis, como situações geográficas de condições sócio-económicas e culturais do meio. De facto, quando os professores reflectem a sua prática lectiva está em condições de inovar, de se comprometer com o sucesso dos seus educandos.

Na nossa visão, entendemos que os professores precisam da formação sobre os princípios do ensino inclusivo, ou incluir na formação de professores uma cadeira específica com foco na inclusão, para garantir a inclusão dos alunos com NEE e ter um acesso igual ao currículo. A escola deve também proporcionar acção de formação na área das NEE para que os pais e encarregados da educação saibam lidar com essa problemática, falar da importância da família na inclusão escolar dos filhos, os benefícios que os filhos podem tirar com a aproximação.

Gráfico 5 – dificuldade enfrentada pelo filho noutra escola

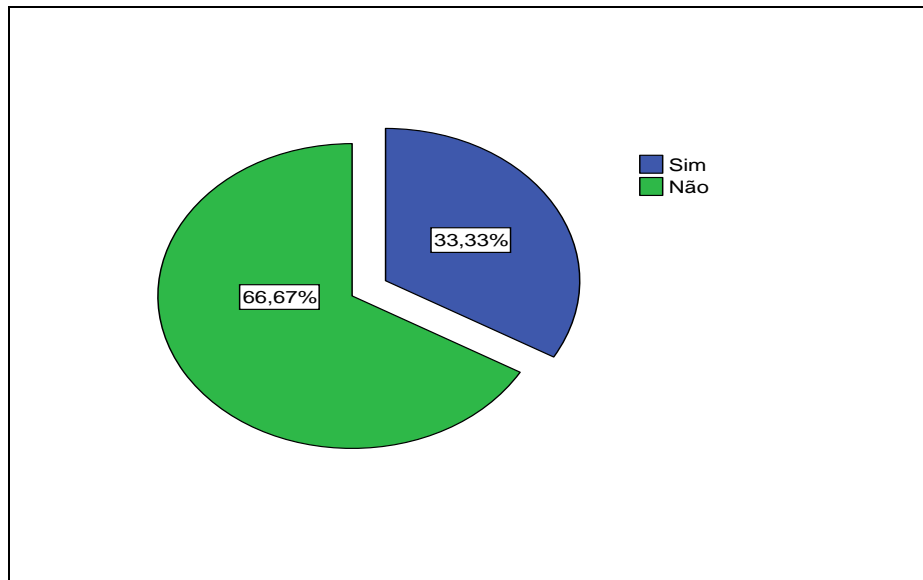


Conforme o gráfico acima, as mães responderam que a falta de capacitação dos profissionais é apontada como um dos principais obstáculos enfrentadas pelas mães. Das inquiridas 13,3%

responderam o que foi mais difícil quando o filho estudava na outra escola era o preconceito e o medo. A falta de capacitação dos profissionais é apontada mais uma vez como obstáculos, pois é um aspecto que merece muita atenção.

Neste sentido Mendes (2002), afirma que a falta de capacitação dos profissionais é um dos factores dificultadores na inclusão escolar e que o professor deve estar preparado para lidar com as diferenças de todos os alunos, e ter em mente que as escolas inclusivas devem estar preparados para identificar e responder as diversas necessidades dos alunos, acomodando ao seu ritmo de aprendizagem, para garantir uma educação de qualidade.

Gráfico 6 – discriminação e preconceitos



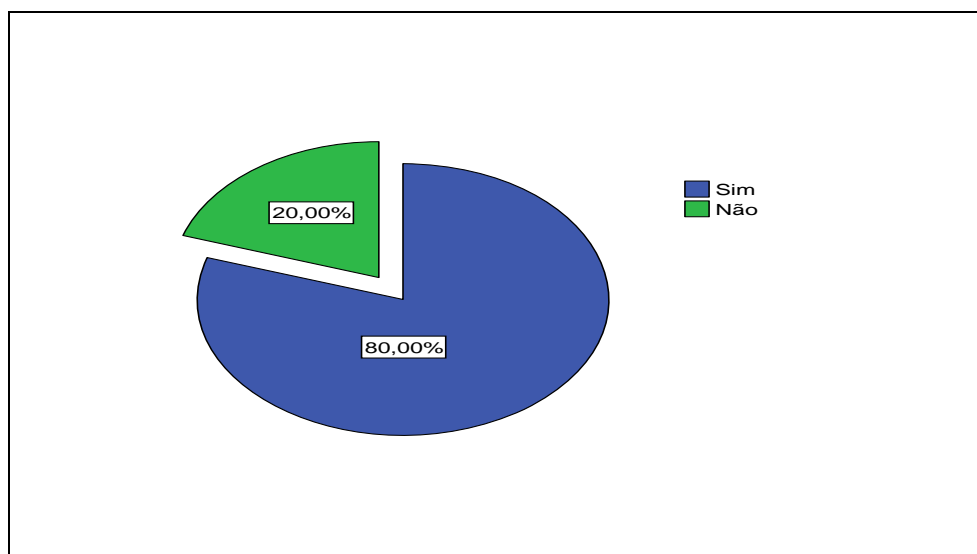
De acordo com dados do gráfico podemos concluir que a maior parte das inquiridas afirma que o filho não tem sofrido discriminação e preconceito.

Num estudo desenvolvido pelo Batista (2001), com alunos portadores e não portadores de deficiência, constatou que os alunos deficientes não eram bem aceites pelos demais colegas e passavam a maior parte dos tempos sozinhos, apresentando dificuldade tanto para iniciar como finalizar os trabalhos.

Neste sentido, a inclusão de alunos com NEE acontece quando realmente houver respeito e aceitação da diferença, ou seja, quando não existirem mais preconceito, discriminação e ignorância.

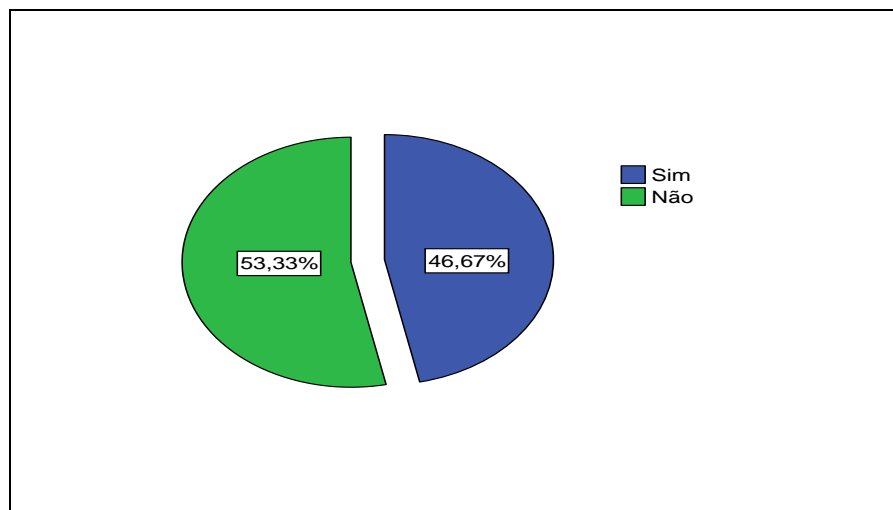
De uma forma geral, pode-se dizer que há uma necessidade de maior sensibilização da comunidade em geral, ou seja, a presença crescente, na rede regular de ensino de crianças e jovens com necessidades especiais de aprendizagem, exige, antes de tudo, uma mudança de atitude, não só dos professores, mas de toda a comunidade escolar e social. É preciso reconhecer, questionar e quebrar preconceitos, estimulando generosidade, acolhimento e respeito. Enfim, quando as pessoas que não possuem NEE conseguirem aceitar, conviver, interagir e acreditar que os deficientes possuem não apenas limites, mas também potencialidades.

Gráfico 7 – Diferenças observadas no filho depois de frequentar a escola em estudo



De acordo com o gráfico a maior parte das mães inquiridas (80%), afirma que notou diferença nas aprendizagens e sobretudo na relação interpessoais. Isto porque, o filho teve a oportunidade de socializar com outras crianças, com os professores. O que despertou a atenção das crianças, a motivação em aprender e sobretudo a relação estabelecida em casa com outros amigos.

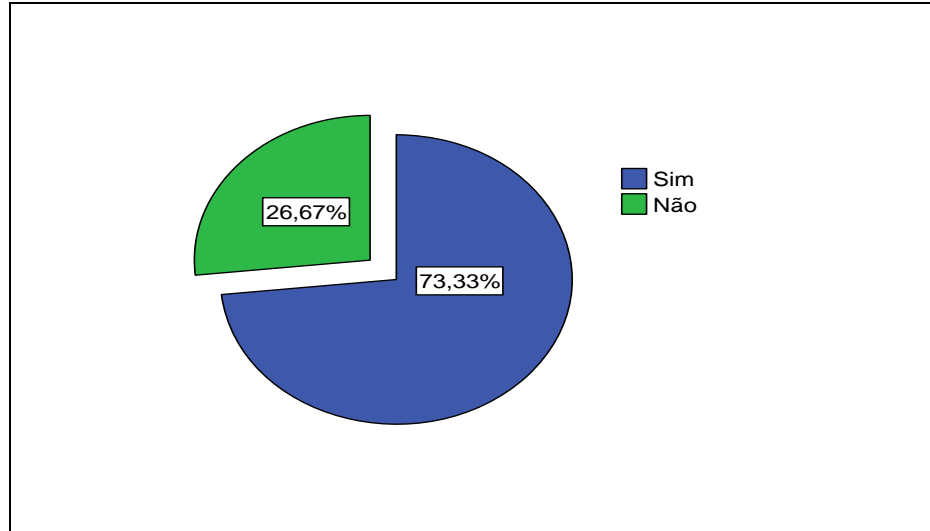
Gráfico 8 – Apoios Solicitados



Da leitura do gráfico verificamos que 46,67 % das mães procuraram ajuda em diversas instituições como na AADICD, Ministério da família e solidariedade, Assunto Sociais, Câmara Municipais, para as próteses do filho. Das inquiridas 8 que corresponde a 53,33% não procuram nenhum tipo de ajuda para o filho porque não tinha estratégia de como o procurar.

Actualmente, o nosso país dispõe de várias organizações não governamentais vocacionados para ajudar a estas crianças com NEE, de entre os quais especificamos: AADICD – associação de apoio ao desenvolvimento e integração da criança deficiente; ADEVIC- associação dos deficientes visuais de Cabo Verde; ACD- associação Cabo-verdianos de deficiente; ADEF- associação dos deficientes se São Vicente; Acarinhar que apoia as crianças com NEE, abrangendo os que tem paralisia cerebral.

Gráfico 9 – visita a escola



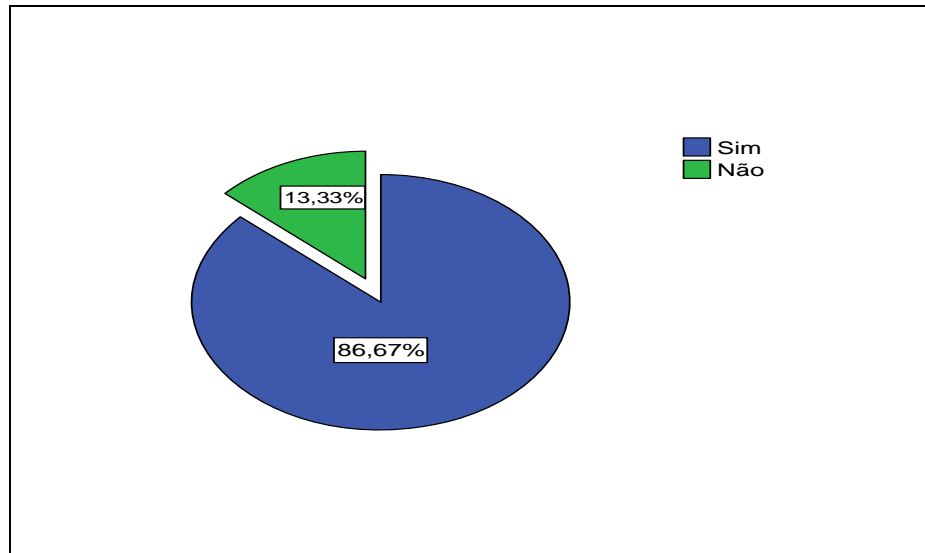
Da leitura do gráfico verificamos que uma parte considerável (73,33%), das mães têm visitado a escola com frequência para saber da educação do filho, porque as mães tem um papel fundamental na educação dos seus filhos. Verifica-se que 26,67% não conhece e escola onde o filho estuda. Como afirma Davies et al (1997), um dos objectivos principal da relação escola-família, é aumentar o número de famílias que se envolvem na educação dos filhos, devendo tal envolvimento contemplar a comunicação entre os professores e os pais, a educação de pais e as interações pais/filhos. Acreditamos que os pais devem participar na inclusão dos filhos, visitar a escola para saber como que os seus filhos estão incluídos nas salas de aulas, para que o próprio filho sinta motivado para aprender.

Nesta linha de pensamento, os pais devem sentir-se integrados no processo de ensino-aprendizagem dos filhos e de aproximação da escola. Cabe a escola criar condições propícia para receber os pais e adequar a linguagem deles para que possam sentir-se seguros durante a visita e sobretudo na comunicação e na inclusão.

A participação dos pais encarregados da educação, facilita a integração escolar dos filhos, contribui para o aumento do rendimento escolar do aluno e aumenta as expectativas do professor em relação ao aluno Silva (1993) citado por Diogo (1998). Essa participação traz benefícios para os pais, uma vez que, reconhece e valoriza o seu papel, aumenta os

sentimentos de auto-estima, melhora o acesso às informações sobre os filhos no seu processo educativo.

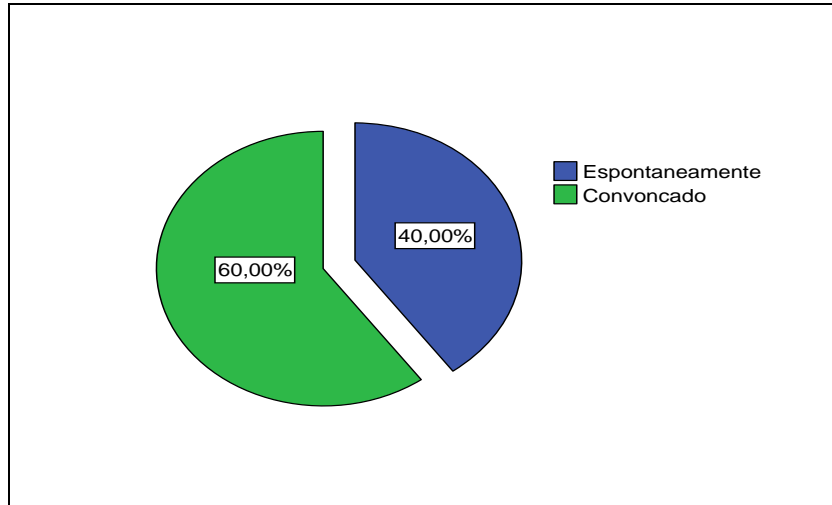
Gráfico 10 – convite para participar nas actividades da escola



Da leitura do gráfico verifica-se que um número bastante significativo das mães (86,67%), afirma que foram convidado a participar nas actividades da escola, o que podemos afirmar, que quando a escola realiza actividades os pais encarregados da educação sempre são convidados a participarem. E 13,33% das mães afirmam que não participam nas actividades desenvolvidas na escola e não conhece a escola onde o filho estuda.

Averiguamos que quando os pais participam e envolvem nas actividades nas escolas muda completamente a imagem da escola, pois a escola é aberta a comunidade educativa, e quando é assim, as duas acabam por ganhar com essa colaboração, e contribui ambos para a qualidade educativa.

Gráfico 11 – Frequência das visitas

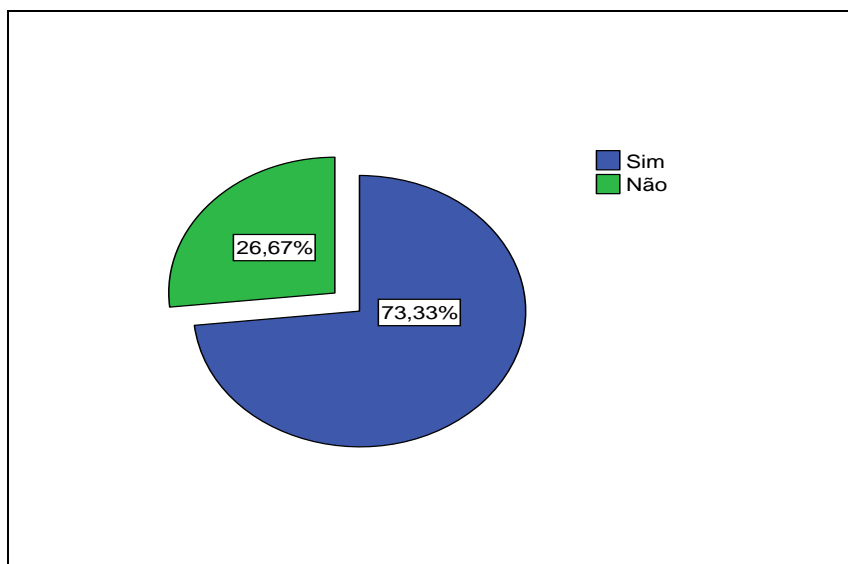


Dos dados obtidos constatamos que 40% dos inquiridos visita a escola espontaneamente, para estarem cientes do processo escolar dos filhos e para informar os professores sobre os dados dos alunos. E 60% responderam que visita a escola só quando convocados, porque muitas, devido ao factor tempo, à distância da escola, à incompatibilidade do horário do trabalho, não podem participar nas actividades da escola.

Constatamos que a escola deve desenvolver actividades para atrair a atenção dos pais na escola, e os pais e encarregados da educação devem estar em sintonia com a escola.

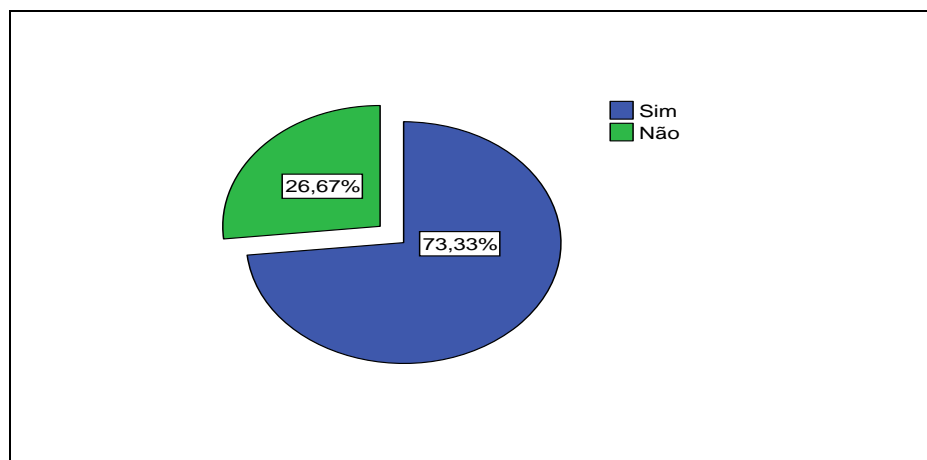
O envolvimento dos pais traz muitos benefícios tanto ao aproveitamento do aluno quanto à imagem da escola. Esse envolvimento aumenta a motivação dos alunos pelos estudos e ajuda com que os pais compreendam melhor a sua responsabilidade e os esforços dos professores, e melhorar a imagem social da escola, uma vez que, os pais devem envolver-se na aprendizagem dos filhos e colaborar nas actividades curriculares e extra-curriculares da escola.

Gráfico 12 – Envolvimento nas actividades da escola



Pela análise do gráfico, podemos afirmar que o envolvimento das mães nas actividades tem sido boa, visto que a maioria afirma ter visitado a escola só quando convocado, e 73,33% das mães participam nas actividades desenvolvidas pela escola, e 26,7% afirma que raras vezes costuma participar em algumas actividades da escola.

Gráfico 13 – Condições oferecidas pela escola para inclusão

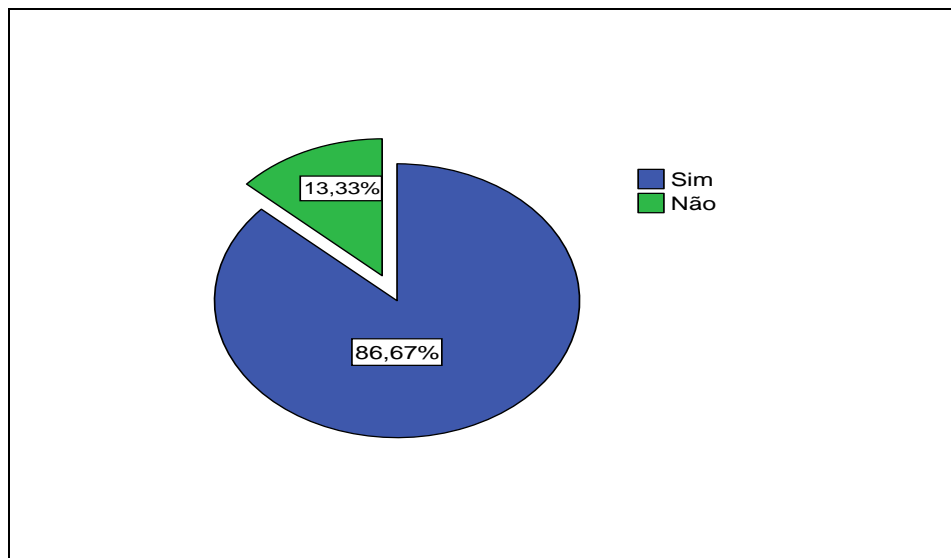


Dos inquiridos, 73,3% responde que a escola oferece condições para a inclusão desses alunos, nomeadamente tem melhorado a aprendizagem dos alunos, tem professores que comunicam

com eles através da língua gestual, a escola fornece materiais didáticos adequados ao nível académico dos alunos. Dos dados obtidos 26,7 afirmam que a escola não oferece as mínimas condições para esses alunos, e que muito falta a fazer para a inclusão desses alunos, e que o melhor seria estar numa sala regular, com professores experientes que atendessem as necessidades deles. De acordo com a declaração de Salamanca (1994: 24).

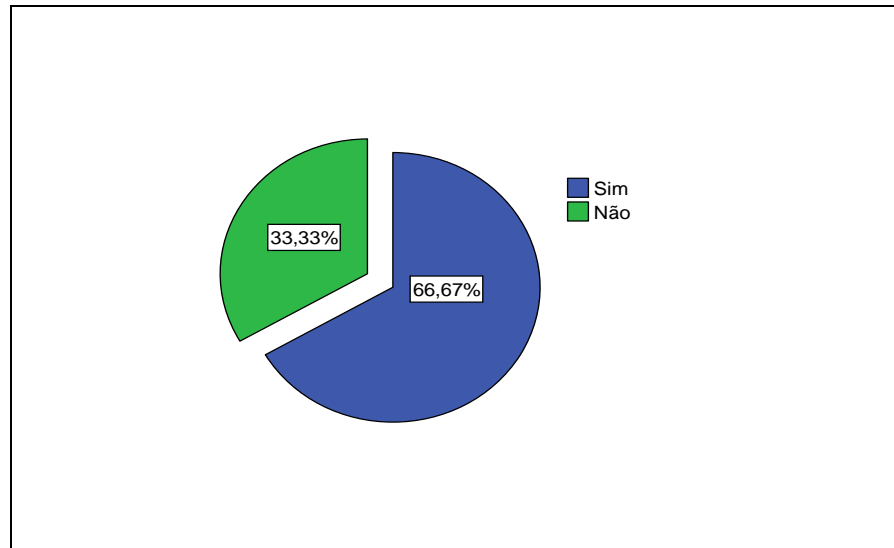
o princípio principal das escolas inclusivas consiste em todos os alunos aprenderem juntos, sempre que possível, independentemente, das dificuldades e das diferenças que apresentem. Estas escolas devem reconhecer e satisfazer as necessidades diversas dos seus alunos, adaptando-se aos vários estilos e ritmos de aprendizagem, de modo a garantir um bom nível de educação para todos, através de curricula adequados, de uma boa organização escolar, de estratégias pedagógicas, de utilização de recursos e de uma cooperação com as respectivas comunidades. É preciso, portanto, um conjunto de apoios e serviços para satisfazer o conjunto de necessidades especiais dentro da escola.

Gráfico 14 – valorização da escola na participação dos pais no processo de inclusão



Dos inquiridos 86,67%, afirma que a escola valoriza a participação deles no processo de inclusão escolar dos filhos. Mesmo não tendo um conceito de inclusão, a maioria das mães afirma que a escola tem valorizado a participação dos pais na inclusão dos alunos portadores de deficiência auditiva.

Gráfico 15 – Informações dadas pelos professores aos pais e encarregados da educação

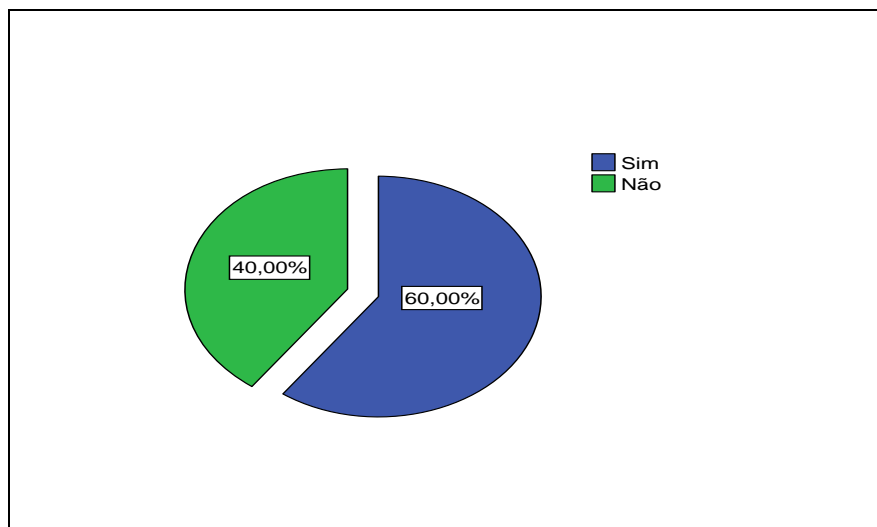


Dos inquiridos, 66,67% afirma que a informação que o professor do seu educando lhe oferece tem sido suficiente, ou seja, os pais e os professores, ambos têm uma comunicação ideal, sobre a vida escolar do filho e do aluno. Mesmo porque a comunicação é uma condição necessária à criação de ambientes favoráveis para aprendizagem.

Nesta linha de pensamento concordamos com Epstein (1992), citado por Diogo (1998), quando afirma que, os pais têm o direito de participar e opinar nas decisões a serem tomadas pela escola, ter a informações sobre tudo o que acontece como o filho na escola e acompanhá-lo passo a passo. Além disso, a participação e envolvimento deles, facilita o papel do professor quando eles auxiliam os professores na realização de algumas actividades, influência positivamente nos resultados dos alunos e aumenta a qualidade de interacção pais/alunos, pais/pais e pais/professores e um melhor conhecimento do professor por parte dos pais e vice-versa

Assim torna-se necessário que os pais e encarregados de educação, estejam informados e envolvidos, de uma forma activa, no desenvolvimento da aprendizagem dos seus filhos, de forma a poderem estar preparados para as possíveis mudanças que ocorrem nas atitudes e comportamentos dos filhos, e capacitados para lidarem com essas mudanças.

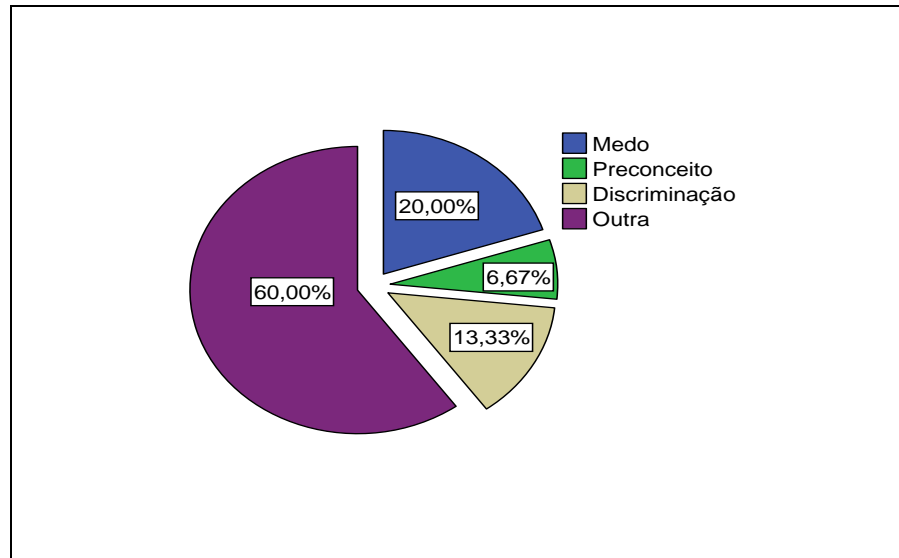
Gráfico 16 – Benefícios na inclusão dos alunos com NEE



Dos dados obtidos dos inquiridos 60% as mães afirma que há benefícios dos alunos portadores de deficiência auditiva estudarem junto com alunos que não tem deficiência auditiva, visto que, segundo as mães o filho teria oportunidade de conviver com os outros sem deficiência, e 40% acredita que não, visto que estão numa sala só com alunos portadores de deficiência auditiva facilita na comunicação com os colegas e professores. Sendo uma turma especial teria melhor atenção dos professores. Acreditam que vão evoluir em termos de aprendizagem.

Confrontamos com Sacaloski (2001), em seu estudo desenvolvido com alunos ouvintes sobre a inclusão escolar, em que os mesmos acreditavam que os portadores de deficiência auditivos deveriam estudar na escola regular, para poder se desenvolver. Para ele só se pode falar em inclusão quando há uma efectiva interacção entre portadores de deficiência e não deficientes, respeitando as diferenças individuais.

Gráfico 17 – Factores que impedem à participação dos pais no processo de inclusão dos filhos



Em função do gráfico podemos concluir que, 20% dos inquiridos dizem que o medo é um dos obstáculos a participação dos pais na escola. Dos inquiridos 6,67% dos mesmos afirmam o preconceito com um dos obstáculos a participação dos pais na escola, 13,3% dos inquiridos optaram pela discriminação por parte da entidade da escola, e 60% responderam que a distância da escola, incompatibilidade do horário, meios financeiro, falta e motivação é um dos obstáculos que levam os pais a não participar na inclusão de alunos portadores de deficiência auditiva.

Na perspectiva de Brandão (1992), são vários os factores que impedem o envolvimento das famílias/pais na escola, como: a relação entre a escola família, a organização e funcionamento dos estabelecimentos do ensino, a formação e atitude dos professores e o sobretudo o nível socioeconómico e as habilitações académicas dos pais. Segundo o mesmo autor existem dois tipos de obstáculos ao relacionamento escola família:

- Endógena, ou seja, interna a escola. Este tipo de obstáculo inclui a organização e funcionamento da escola, o estilo de liderança e de gestão, a atitude dos professores, o clima e cultura da escola, a mobilidade do corpo docente, estratégias de cooperação escola família.

- Exógenas, ao seja, os que estão para além delas. Para o mesmo autor este tipo de obstáculo inclui a características das famílias (nos planos socio-económico e cultural), o nível de escolarização dos pais, as atitudes da família face a escola e a educação, o posicionamento de certos agentes da comunidade (associações, autarquias e.t.c.), os constrangimentos decorrentes da natureza do sistema educativo (políticos, normativos legais, estatuto profissional dos docentes, e.t.c.) e os constrangimentos decorrentes da natureza do sistema educativo (políticos, normativos legais, estatuto profissional dos docentes, etc.).

Quando o seu filho foi colocado numa sala somente com portadores de deficiência auditiva, o que pensou?

Interpelada, a maioria das inquiridas acredita que o facto de estarem com alunos com mesma NEE é um grande passo, tem reduzido a taxa de insucesso escolar, estão numa sala menos sobrelotada, com maior acompanhamento por parte dos professores.

Para as inquiridas, o filho tem evoluído muito em termo das aprendizagens, tem melhorado em termo do reconhecimento das palavras, resolução de exercícios práticos entre outros.

O que acha que pode ser feito para o seu filho sentir incluído na escola?

Para os pais a formação de professores é fundamental para o ensino de qualidade, mudança de atitude de sociedade em geral, respeito pelas diferenças individuais, prestar apoio psicossocial, desenvolver actividades extracurriculares. E alguns pais não sabem o que deve ser feito para que o filho seja incluído, pois não sabe o verdadeiro conceito de inclusão.

De acordo com de Parizzi (2000), um dos principais desafios a fim de que se tenha uma plena implementação da educação inclusiva, refere-se à questão da formação de professores. Actualmente considera-se que esta questão tem uma relevância preponderante na busca de uma melhor compreensão de construção do desenvolvimento profissional do docente, tendo em vista obter melhorias na qualidade do ensino oferecido a eles, para que possam actuar num

contexto no qual prevalece uma população variada, caracterizada pela sua desigualdade social e educativa.

Qual é o papel que os pais desempenham na inclusão escolar dos filhos?

Questionadas, as mães responderam que o seu papel na inclusão é acompanhar os filhos na sua aprendizagem, trabalhar junto com os professores para melhorar a educação dos filhos, participara na vida escolar do filho, lutar pelo direito da educação dos filhos. E outros desconhecem o seu papel na inclusão escolar.

Neste sentido colaboramos com Sasaki (1997) ao afirmar que envolvimento da família nas práticas inclusivas da escola ocorre quando: existe entre a escola e a família, um sistema de comunicação; Os pais participam nas reuniões da equipe escolar para planejar, adaptar o currículo e compartilhar sucessos; As famílias são reconhecidas pela escola como parceiros plenos junto à equipe escolar;

Os pais recebem todas as informações relevantes (os direitos dos pais, práticas educativas actuais, planejamento centrado na pessoa, notícias da escola, etc.); Os pais são incluídos no treinamento com a equipe escolar; Os pais recebem informações sobre os serviços de apoio à família; Existem à disposição de membros das famílias serviços de apoio na própria escola (aconselhamento e grupos de apoio, informações sobre deficiências, etc.); Os pais são estimulados a participarem em todos os aspectos da escola; A escola reconhece o impacto desses sobre as práticas inclusivas.

Conclusão

Após o caminho percorrido ao longo do trabalho, chegou-se o momento ideal por apresentarmos as conclusões a luz dos resultados obtidos.

Podemos afirmar, que existe um forte participação/envolvimento das famílias no processo de inclusão dos filhos, deste modo, a nossa primeira hipótese, *o deficiente envolvimento dos pais no processo de inclusão advém da falta de informação e formação acerca da inclusão*, não se confirma, pois, mesmo tendo um número significativo de mães que desconhecem o conceito de inclusão, há um forte envolvimento das mães nas actividades desenvolvidas pela escola.

A luz do nosso enquadramento teórico apuramos que segundo Sebba et al (1996), citado por Rodrigues (2003), a inclusão é o processo através do qual a escola tenta responder a todos os alunos enquanto indivíduos, reconhecendo e reestruturando a sua organização curricular e a provisão e utilização de recursos para melhorar a igualdade de oportunidade. Através deste processo a escola constrói a sua capacidade de aceitar os alunos que a desejem frequentar, isto é, reduz a necessidade de excluir os alunos.

Neste sentido colaboramos com Sasaki (1998) ao afirmar que envolvimento da família nas práticas inclusivas da escola ocorre quando existe entre a escola e a família, um sistema de comunicação; os pais participam nas reuniões da equipe escolar para planejar, adaptar o currículo e compartilhar sucessos; as famílias são reconhecidas pela escola como parceiros plenos junto à equipe escolar.

Averiguamos que quando os pais participam e envolvem nas actividades nas escolas muda completamente a imagem da escola, pois a escola é aberta a comunidade educativa, e quando é assim, as duas acabam por ganhar com essa colaboração, e contribui ambos para a qualidade educativa.

No que se refere a segunda hipótese, *a família desempenham um papel preponderante no processo de inclusão de alunos portadores de deficiência auditiva, porque consideram que a família deve preparar os filhos para a inclusão*, confirma-se, pois, as famílias têm um papel fundamental na inclusão/educação dos seus filhos.

Nesta linha de pensamento corroboramos com Lopes et al (S/D), quando este afirma que a participação da família é de suma importância no movimento da inclusão, seja de forma individualizada ou por meio de suas organizações, é fundamental a sua participação, para que a continuidade histórica da luta por sociedades mais justas para seus filhos seja garantida. É imprescindível que, busquem conhecer para participar, dando o exemplo de cidadania, e servir, como um veículo por meio do qual seus filhos possam aprender para a ser.

Da mesma forma, a nossa terceira hipótese, *os pais consideram que não existe benefício na inclusão de alunos portadores de deficiência auditiva da AADICD, porque estes são discriminados pelos alunos e professores*, não se confirma, em que concluímos que a maioria dos inquiridos afirma que há benefícios na inclusão de alunos portadores de deficiência auditiva.

Nesta linha de pensamento, concordamos com Mantoan (2003), em que afirma, que os alunos com ou sem deficiência poderão beneficiar-se de um ensino que os motive para a superação

das dificuldades, para uma nova concepção de mundo. Dessa forma, o professor deve buscar conhecer cada vez mais os seus alunos, procurando as alternativas pedagógicas que melhor possam atender às suas peculiaridades e necessidades no processo de construção do conhecimento. Igualmente comprovamos que os alunos portadores de deficiência auditiva não têm sofrido nenhum acto de discriminação e preconceito.

Nesta linha confrontamos com Sacaloski (2001), em seu estudo desenvolvido com alunos ouvintes sobre a inclusão escolar, em que os mesmos acreditavam que os portadores de deficiência auditivos deveriam estudar na escola regular, para poder se desenvolver. Para ele só se pode falar em inclusão quando há uma efectiva interacção entre portadores de deficiência e não deficientes, respeitando as diferenças individuais, ou seja inclusão depende da mudança de valores, tanto da sociedade quanto da educação, da vivência de um novo paradigma que não se faz por decretos ou por simples recomendações técnicas. Depende, também, da participação colectiva, envolvimento e comprometimento de todas as pessoas, ou seja, alunos, professores, pais, dirigentes e comunidade, na busca pela efectivação de uma escola inclusiva e que atenda a todos com qualidade.

E finalmente, a nossa última hipótese, foi confirmada, ou seja, *os pais consideram que o seu principal papel prende-se com o suporte afectivo, ou super protecção dos filhos*, assim, concluímos que o papel dos pais e encarregados da educação na inclusão é acompanhar os filhos na sua aprendizagem, trabalhar junto com os professores para melhorar a educação dos filhos, participar na vida escolar do filho, lutar pelo direito da educação dos filhos. A maioria afirma que o filho não tem sofrido nenhum acto de discriminação e preconceito.

Recomendações

Abordar a questão da inclusão dos alunos com NEE numa perspectiva holística, isto é, uma acção que consiga agregar em si todas as contribuições dos seguintes sectores: os da comunidade educativa, as instituições de saúde, as instituições responsáveis pela produção de infra-estruturas, as associações ligadas aos deficientes e principalmente os responsáveis da educação a nível central que têm a responsabilidade de traçar as medidas políticas necessárias e alocar os necessários recursos para uma transição processual e faseada para uma educação inclusiva de facto.

Uma maior responsabilização dos professores e de todos os agentes educativos na implicação do sucesso de todos os alunos independentemente das limitações que tiver. No nosso ver, a escola deve proporcionar uma acção de formação para com os professores, uma vez que é apontada como um dos obstáculos para a colocação dos filhos na escola, e sabemos esta formação é fundamental para uma educação de qualidade.

Criar espaço de interacção entre os pais e a escola (palestras, seminários, mesas redondas, etc);

Os professores devem procurar pais para ajudá-los a orientar os filhos em casas;

Conhecer bem os pais, as suas famílias e ajudá-los na medida possível;

Devem os pais conhecer e aproximar cada vez mais dos professores do seu filho;

Incluir na formação de professores uma cadeira específica com foco na inclusão dos alunos com NEE;

Maior participação e envolvimento dos pais nas actividades escolar;

Ter igualmente uma atenção especial aos recursos disponíveis na sua própria escola, uma vez que muitos dos recursos existentes como os próprios alunos e professores são sob aproveitados.

Mas sobretudo, a inclusão educativa requer ultrapassar uma série de barreiras psicológicas ou prejuízos difíceis de ultrapassar como as atitudes e práticas muito enraizadas. Por isso, que os professores e os demais agentes tem de utilizar todos os seus conhecimentos e habilidades para ajudar os alunos a terem uma verdadeira inclusão educativa.

Finalmente, precisamos compreender e assumir que precisamos dar o salto qualitativo da integração à inclusão, uma vez a verdadeira inclusão educativa é um direito e um desafio para toda a sociedade. Pois, uma escola inclusiva não é aquela em que se beneficia somente os alunos com NEE, mas é aquela em que todos os membros da comunidade educativa se beneficiam da diversidade e do entendimento desta como um valor em si mesmo.

Limitações do estudo

Primeiramente, deve ter em conta que o presente estudo foi com base no método de estudo de caso, permitindo o conhecimento e análise do tema em estudo. Ainda vale destacar que esta pesquisa não esgota as possibilidades deste tema, assim outros indicadores poderiam ser utilizados para esse estudo, ou seja, este estudo deixa evidente a complexidade e abrangência do tema, sendo por isso impossível esgota-las nas dimensões desse estudo, sugerindo que outras pesquisas sejam realizadas.

Queríamos destacar que esse estudo, é designada apenas a escola Eugénio Tavares, sem fazer fronteira com outras escolas.

Bibliografia

Alves, Denise (coord.), (2005), *educação inclusiva: documento subsidiário à política de inclusão*, Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial.

Bautista, Rafael (coord.), (1997), *Necessidades Educativas Especiais*, Lisboa, Editora: Dinalivro.

Batista, M. W. (2001), *inclusão escolar e deficiência mental: a análise da interação social entre companheiro*, Dissertação de mestrado não publicada, Universidade federal do espírito santo, ES

Brandão, C. (1992), *A Participação da (s) Família (s) na Vida da (s) Escola (s): Perspectivas e Realidade* in revista da escola Superior de Educação de Portalegre.

Cárnio, M.S. (1998), *O papel da família na leitura e escrita do surdo, Integrar Incluir: desafio para a escola atual*, Belém.

Carneiro, Roberto, (2001), *Educar hoje, Enciclopédia dos pais*, Editora, Lexicultural.

Correia, Luís de Miranda, (1999), *Alunos com Necessidades Educativas Especiais nas Classes Regulares*, Porto, Porto Editora.

Correia, Luís de Miranda, (2008), *inclusão e necessidade educativa especiais: um guia para educadores e professores*, 2ª edição, Porto, Porto Editora.

Correia, Luís de Miranda, (1993), *O Psicólogo Escolar e a Educação Especial*, Jornal de psicologia.

Cosme, Ariana; Trindade, Rui, (2002), *Manual de sobrevivência para professores*, Porto, Edição ASA.

Davies, Don; Marques, Ramiro & Silva, Pedro, (1997), *Os professores e as Famílias – a colaboração possível*, Lisboa, Livros Horizontes, LDA.

Diogo, José M.L, (1998), *Parceria escola-família: A comunidade de uma educação participada*, Porto, Texto Editora.

Feitosa, Cristina Broglia, (Org.), et al, (2000), *Surdez: processos educativos e subjetividade*, São Paulo, Lovise.

Glat, R. et al, (1998), *A integração de portadores de deficiência: uma reflexão*. 2.^a ed. Rio de Janeiro.

Glat, R. et al, (2002), *Políticas Educacionais e a formação de professores para a educação inclusiva no Brasil*, Rio de Janeiro.

Giddens, Antony, (2000), *sociologia*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkiam

Giuseppe Rinaldi et al, (1997). *Educação Especial Deficiência Auditiva, Secretaria de educação especial. 1º e 2º volume. Brasília.*

Júnior, Cícero Silva, (coord), (1999), *Salto para o futuro. Educação especial: tendências atuais*. Brasília.

Loureiro, Maria R, et al, (2002), *Educação especial: inclusão do deficiente auditivo em turmas regulares*, Belém.

Louro, Cristina (coord), (2001), *Ação Social na Deficiência*. Lisboa: Editora Universidade Aberta.

Mantoan, Maria Teresa, (1997), *Ser ou estar, eis a questão: explicando o deficit intelectual*, Rio de Janeiro.

Mantoan, Maria Teresa, (2003), *Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?* São Paulo.

Marques, Ramiro, (2001), *Educar com os Pais*. Lisboa: Editora Presença.

Mendes, E.G. (2002), *perspectiva para a construção da escola inclusiva no Brasil*, São Carlos, Editora EduFSCar.

Monteiro, Mariângela Silva, (1989), *Vygotsky um Século Depois*, São Paulo: Artes Médicas.

Morejon, K., (2001) *A inclusão escolar em Santa Maria/R.S. na voz de alunos com deficiência mental, de seus pais e dos seus professores*, Dissertação (Mestrado em Educação Especial). Programa de Pós Graduação em Educação Especial, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

Parizzi, R. A., (2000) *A prática pedagógica do professor de educação especial: aprendendo a ensinar com a diversidade*. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação.

Pinto, José, (2000), *Gestão da sala de aula: como prevenir e lidar com problemas de indisciplina*, Vila Real, Universidade de trás-os-montes.

Regis, Maria A. De Santana, (2003), *As Tecnologias de Informação e Comunicação Aplicadas à Educação Especial: uma Análise do Ensino de Surdos nas Classes Especiais*, São Paulo.

Rodrigues, David., (2001), *Educação e diferença, valores e prática para uma educação inclusiva*. Porto Editora.

Rodrigues, David., (2003), *Perspectiva sobre a inclusão, da educação a sociedade*. Porto Editora.

Sacaloski, M., (2001), *Inserção do aluno deficiente auditivo no ensino regular*. São Paulo

Santos, M.T.C., (2001), *caminhos pedagógicos da inclusão: como estamos implementando a educação para todos nas escolas*. São Paulo

Sasaki, Romeu Kazumi, (1997), *Inclusão: Construindo uma Sociedade para Todos*, São Paulo.

Sim, Inês sim (coord.), (2005), *Necessidade Educativa Especial: dificuldades da criança ou da escola?* Lisboa, Textos editores, LDA.

Skliar, Carlos (Org.), (1998), *A surdez. Um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Mediação.

Tilstone, Christina, et al., (2003), *Promover a educação inclusiva*, Lisboa, Editora, Instituto Piaget,

Sitografia

Lopes, Renato et al (s/d), [em linha], pesquisado in <[www.pedagobrasil.com.br/educacao especial/oenvolvimentooda_familia.htm](http://www.pedagobrasil.com.br/educacao_especial/oenvolvimentooda_familia.htm)> [consultado em 02/06/08].

Legislação

Constituição da Republica de Cabo Verde, (2000), Ed. Assembleia Nacional.

Declaração de Salamanca (1994).

Declaração Universal de educação para todos (1990), Jomtien, Tailândia.

Lei nº 103/III/90 de 29 de Dezembro, Lei de Base do Sistema Educativo.

Instituto Nacional de Estatísticas. RGPH, censo de 2000.

Anexos